

Seminário Estadual da ANPAE/RS 2022

REFLEXÕES SOBRE A DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E DA ESCOLA

MARIA DE FÁTIMA CÓSSIO
LUIS EDUARDO DOS SANTOS CELENTE
ORGANIZADORES

anpae

 **NEPPE**
Núcleo de Estudos e Pesquisas
em Políticas Educacionais



© Todos os direitos reservados - 2023

**ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE POLÍTICA E
ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO (ANPAE)
SEÇÃO ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL**

Produção Gráfica
Evangraf - (51) 3336.2466

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S471 Seminário Estadual da ANPAE/RS 2022 [recurso eletrônico] : reflexões sobre a democratização da educação e da escola / organização ANPAE. – Porto Alegre : ANPAE : NEPPE, 2023. 1.89 Mb ; ePUB.

ISBN 978-65-5699-224-2

1. Educação - Brasil - Congressos e convenções. 2. Educação - Democracia - Brasil. 3. Educação - Políticas públicas. 4. Inclusão social. 5. Gestão pedagógica. 6. Educação - Qualidade. I. Associação Nacional de Política e Administração da Educação.

CDU 37.014.542(81)(061.3)

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 8/10213)

ORGANIZAÇÃO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO (ANPAE) SEÇÃO ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL

Romualdo Luiz Portela
Presidente da ANPAE

Maria de Fátima Cossio
Coordenadora da ANPAE Regional Sul

Maria Silvia Cristofoli
Coordenadora Adjunta da ANPAE Regional Sul

NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS (NEPPE)

Maria de Fátima Cossio
Luis Eduardo dos Santos Celente

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPEL)

Christian Martino Otero Avila

COMITÊ CIENTÍFICO

Daniela Oliveira Lopes (NEPPE)
Leonardo Dorneles Gonçalves (FURG)
Maria Verônica Roldán Pinto (NEPPE)
Michele Vollrath Bento (NEPPE)
Miriele Barbosa Rodrigues (NEPPE)
Susana Schneid Scherer (NEPPE)
Rafael Martins Farias (NEPPE)
Viviane da Silva Lemos (NEPPE)



SOBRE A ANPAE

A Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) é uma associação civil de utilidade pública e natureza acadêmica no campo da política e da gestão da educação, que congrega pesquisadores, docentes e estudantes de educação superior; dirigentes e técnicos dos sistemas de ensino; e professores e diretores de escolas e outros espaços sociais de educação e formação cidadã. Fundada em 1961 por professores universitários de administração escolar e educação comparada, a ANPAE se consolidou, ao longo das décadas, como entidade líder da sociedade civil organizada no campo das políticas públicas e do governo da educação.



SOBRE O NEPPE

O Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais, vinculado ao Programa de Pós- Graduação (PPGE) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), desenvolve pesquisas, publicações e eventos no campo das políticas de educação básica e superior, com ênfase nas análises sobre o papel do Estado, os conceitos e práticas de Governança e Nova Gestão Pública (NGP), as relações entre o público e o privado, e os impactos para a gestão democrática da educação e da escola.

Apresentação

E com muita satisfação que apresentamos este e-book, resultante dos trabalhos apresentados durante o Seminário Estadual da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE/RS) do ano de 2022 que teve como tema central “Reflexões sobre a democratização da educação e da escola”. A escolha da temática foi impulsuada pelo contexto social brasileiro, considerando, sobretudo, os retrocessos em relação à democracia vivenciados nos últimos seis anos no país, com impactos significativos em todos os campos da vida em sociedade, e, portanto, com reflexos nas políticas educacionais, relacionados aos currículos, aos projetos pedagógicos das escolas, à formação docente, e ao ordenamento legal e político da educação. Podem-se destacar como exemplos, o retorno ao debate da educação domiciliar, a implantação de escolas cívico-militares, as diferentes formas de privatização do público, a redução de investimentos públicos em educação, sendo o caso mais notório os contingenciamentos e cortes orçamentários das instituições federais de educação superior e o constante demérito a estas instituições e aos setores públicos em geral.

A gestão democrática da educação, como princípio constitucional, constituiu-se em avanço importante para a educação brasileira, sendo consolidada de forma mais explícita na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, definindo que cada município e os estados deveriam criar leis próprias para a regulamentação do tema.

As formas de materialidade da gestão democrática implicaram, dentre outras, na eleição para diretores de escolas; na transferência de recursos direto para as escolas, propiciando maior autonomia na efetivação dos projetos político-pedagógicos, elaborados de forma participativa pelas comunidades. Além disso, indicou a constituição de Conselhos Escolares, como unidade executora de recursos, bem como a consolidação de representações estudantis nos conselhos e em entidades próprias, como os Grêmios Estudantis.

Estes são alguns exemplos de ampliação da participação na tomada de decisões das instituições educacionais públicas que, desde a CF/1988 passaram a ter maior protagonismo, graças ao entendimento da educação básica como um direito e, portanto, dever do Estado na oferta e da família na matrícula e permanência na escola.

A conferência de abertura com o tema “Avanços e recuos nos processos democráticos da educação brasileira”, proferida pela profa Drª Vera Maria Vidal Peroni (UFRGS) e mediada pelo prof. Dr. Leonardo Dorneles Gonçalves (FURG), aprofundou a discussão quanto à necessidade de permanente alerta em relação às concepções e práticas anti-democráticas, e a luta pela manutenção e consolidação da almejada e ainda frágil democracia brasileira.

As mesas redondas contaram com reflexões e discussões sobre as concepções e práticas da gestão democrática na educação, contando com a participação das professoras Drª Maria Beatriz Luce (UFRGS), Drª Elena Maria Billig Mello (UNIPAMPA), com a mediação da professora Drª Rosimar Serena Siqueira Esquinsani (UPF). A segunda mesa abordou a democratização do conhecimento e a justiça social, com as professoras Drª Rita de Cássia Cossio Rodriguez (UFPEL), Drª Francéli Brizolla (UNIPAMPA), sendo mediada pelo prof. Dr. Renato Duro Dias (FURG).

Os trabalhos foram inscritos em eixos temáticos: Eixo 1: Políticas e planejamento da educação básica e superior, Eixo 2: Políticas públicas de financiamento da educação, Eixo 3: Educação, direitos humanos, diversidade e inclusão social, Eixo 4: Gestão pedagógica, organização curricular e qualidade da educação, Eixo 5: Regulação, avaliação e privatização: novas agendas.

Com esta publicação pretendemos dar visibilidade à produção científico-acadêmica e de relatos de experiências vivenciadas por professores de educação básica e superior.

Boa leitura,

Maria de Fátima Cossio

SUMÁRIO

Eixo 1

Políticas e planejamento da educação básica e superior	9
---	---

Eixo 2

Políticas públicas de financiamento da educação	42
--	----

Eixo 3

Educação, direitos humanos, diversidade e inclusão social	53
--	----

Eixo 4

Gestão pedagógica, organização curricular e qualidade da educação	66
--	----

Eixo 5

Regulação, avaliação e privatização: novas agendas	95
---	----

Eixo 1

Políticas e planejamento da educação básica e superior

CONSELHO ESCOLAR: ESPAÇO DE DEMOCRATIZAÇÃO

ANTUNES, Paulo Roberto - Universidade Federal da Fronteira Sul
- probertoantunes@yahoo.com.br

PIEROZAN, Sandra Simone Hopner - Universidade Federal da Fronteira Sul - sandra.pierozan@uffs.edu.br

RESUMO: A Escola, não pode eximir-se de auxiliar a sociedade na busca de uma formação cidadã, voltada para a participação crítica, que todos tenham voz e vez. Assim como não pode deixar de colocar toda sua força na criação alternativa de espaços de participação social. Uma das formas representativas e popular é a organização em Conselhos nos espaços escolares, a fim de se tornarem lugares mais democráticos. Aliado a isso, é cada vez mais necessário a visão da ciência social acadêmica de cursos de graduação e pós-graduação que podem contribuir para a orientação e o desenvolvimento de muitas ações oriundas das políticas educacionais diretamente na prática escolar. Dessa forma, o presente estudo objetiva identificar características da gestão democrática, a partir da atuação dos Conselhos Escolares. A pesquisa é qualitativa, ela conta em sua estrutura metodológica com parte bibliográfica, observação de documentos, prática de campo e análise de dados, dentro de uma concepção dialética. Em razão de a pesquisa estar em desenvolvimento, às análises do referencial teórico leva a construir hipóteses de um Conselho Escolar moldado nas estruturas legais e agora, após alguns anos, a investigação estará também disposta a observar seus frutos. Por fim, também é necessário lembrar-se do grande desafio que tem o Conselho Escolar frente à realidade que se mostra na luta contra uma das fases mais forte do neo-

liberalismo no poder que estamos vivendo. A participação popular nas decisões da escola, a construção do currículo e sua aplicação com apoio e atuação da comunidade escolar já eram problemas grandiosos e agora tem se mostrado maior ainda. Assim, somente a partir da luta coletiva as mudanças na escola e na sociedade que foram tão perseguidas terão sobrevidas e, talvez sucesso, se a nossa maneira de enfrentar a realidade for transformada.

PALAVRAS-CHAVE: Participação; Gestão Democrática; Conselho Escolar.

1
EXPO

AS RODAS DE CONVERSA NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

AZAMBUJA, Ádria Brum - SMECD Soledade/RS. adria99195029@gmail.com

LEVINSKI, Eliara Zavieruka - SMECD Soledade/RS. eliarazavlev@gmail.com

RESUMO: A gestão democrática, núcleo fundante do Sistema Municipal de Ensino (SME) de Soledade/RS, vem permeando diferentes programas e projetos. Nesse processo destacamos o Programa Municipal de Avaliação Institucional Participativa (PROMAIP), criado em 2020. É constituído por três momentos: aplicação de questionários, rodas de conversas e conselho de classe participativo. Nesse relato, como um recorte, objetivamos apresentar e discutir as rodas de conversas quanto a compreensão, metodologia e constatações no conjunto da avaliação institucional. A avaliação é processo abrangente da existência humana, que implica uma reflexão crítica sobre a prática no sentido de localizar avanços, resistências, dificuldades e de possibilitar tomadas de decisão. Essa perspectiva, associada a avaliação institucional contrapõe-se à concepção de avaliação com características certificativas. Processos avaliativos fragmentados e externos aos coletivos tendem a desconsiderar as histórias e percursos. Como possibilidade de uma perspectiva emancipatória da avaliação, as rodas de conversas realizadas anualmente com os segmentos das escolas e o grupo dinamizador da SMECD, constituem-se como falas e escutas que colaboram, para o exercício da democracia participativa e para a reflexão sobre as vivências do projeto político-pedagógico e do plano de

ação do SME. Representam uma decisão político- pedagógica de estabelecer diálogos a partir das trajetórias socioculturais dos sujeitos e do contexto escolar na relação com o mundo vivido. O planejamento do encontro é realizado entre gestores da escola e grupo dinamizador da SMECD. As estratégias promovem reflexão, problematização, socialização de experiências, aproximam as instituições e aperfeiçoam acordos e metas oriundas dos questionários. As rodas de conversa, mesmo principiantes, sinalizam que a comunidade escolar tem o desejo de sentir-se parte; que são auto formativas; que o “olhar umbilical” cede lugar para coletivo; que os pais reconhecem a escola pública nas suas vidas; que é mais um exercício da democracia participativa e de avaliação com identidade do SME.

PALAVRAS-CHAVE: Conversa. Avaliação institucional; Gestão democrática; Rodas de

AS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS DA LDB AO NOVO ENSINO MÉDIO: REFLEXÕES ACERCA DAS CONTRADIÇÕES E FRAGILIDADES.

CASAGRANDE, Graciéle Nissola. Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS. gracielenissola@yahoo.com.br

RESUMO: Para além da territorialidade latino-americana, o Mercado Comum do Sul - MERCOSUL, abriu espaço para um novo cenário quanto à oferta da língua espanhola na educação básica, em especial no estado de Santa Catarina. Assim, este trabalho corresponde a um recorte da pesquisa que constitui a dissertação no Programa de Pós-Graduação PPGE, do Mestrado em Educação da UFFS - Campus Chapecó e está vinculado à Linha de Políticas Educacionais. Busca-se com a realização do mesmo, apresentar, discutir e refletir sobre a língua espanhola ao longo dos anos no contexto da educação básica, a nível nacional e estadual, sob a ótica das políticas educacionais, verificando os impactos desta nova política linguística nacional na carreira dos professores da rede estadual catarinense. Neste sentido, apresenta como problema, em que medida a reforma educacional afetará o trabalho destes docentes? Com uma abordagem qualitativa, esse estudo ampara-se na metodologia documental bibliográfica. Para tanto, como material de discussão utilizam-se os documentos norteadores da educação, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e legislações específicas acerca da oferta da segunda língua, tanto nacionais, como estaduais. Ainda, após a contextuali-

zação, apresenta-se em fase inicial de resultados, o cenário estadual catarinense nas duas últimas décadas, perfazendo um panorama da língua espanhola da educação básica da rede estadual. Pontua-se inicialmente, com base na análise de documentos, um desmonte na organização democrática das políticas multilíngues da educação básica nacional, que denota fragilidades e contradições deste modelo adotado a partir da Reforma Educacional, ao institucionalizar exclusivamente a adoção de uma única língua estrangeira no currículo base em detrimento das demais.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Educacionais; Educação Básica; Carreira Docente; Espanhol.

1
EIXO

BNCC E BNC-FI SOB A LUPA DAS TEORIAS SOCIOLÓGICAS DE BALL E BERNSTEIN: APONTAMENTOS INICIAIS

CESCHINI, Mayra da Silva Cutruneo - Doutoranda em Educação em Ciências pela Universidade Federal do Pampa. mayraceschini@gmail.com

MELLO, Elena Maria Billig - Professora Associada da Universidade Federal do Pampa. elenamello@unipampa.edu.br

RESUMO: Apresentamos o escopo de uma pesquisa de doutoramento em fase de análise de dados, que objetiva investigar como os discursos pedagógicos presentes na BNCC e BNC-FI incidem sobre a formação e a atuação acadêmico-profissional, na Educação Básica e Superior, da professora-pesquisadora da área de Ciências da Natureza, a partir da análise da implementação dessas políticas, compreendida pela Abordagem do Ciclo de Políticas de Ball e da Teoria Sociológica de Bernstein. A hipótese levantada para construção da tese é que a BNCC e a BNC-FI são políticas curriculares de cunho neoliberal, centralizadoras e com forte classificação e enquadramento, ou seja, exercem forte poder e controle sobre o quê e o como ensinar, mas que possuem brechas discursivas significativas, nas quais podemos achar espaços para atuação sobre as políticas, propondo formas de resistência e insurgência a elas. A pesquisa caracteriza-se como autobiográfica de abordagem qualitativa. São ferramentas metodológicas a Abordagem do Ciclo de Políticas e a Teoria Sociológica de Bernstein, utilizadas inter-relacionadas para análise dos discursos pedagógicos produzidos nos três contextos: da

influência, da produção do texto da política e da prática, com ênfase na teoria da atuação. Utiliza-se fundamentação teórica crítica, com base em estudos de Bernstein, Ball, Silva, Maiardes, Macedo, Freire, entre outros. Os resultados parciais apontam uma intrincada rede política de governança por trás dos textos e estratégias de implementação, a fim de garantir a execução da agenda neoliberal global. Ao Discurso Pedagógico Oficial soma-se a influência neoconservadora, obliterando a pluralidade e a diversidade dos textos. Além disso, pela escolha das competências como operador curricular, dá-se o tom performático e cosmopolita à formação, expressando forte poder e controle sobre os sujeitos. Espera-se, ao final da pesquisa, contribuir para a compreensão crítico-inovadora sobre as políticas curriculares, sugerir formas de resistir aos retrocesso se apontar caminhos possíveis para sua recontextualização pedagógica.

PALAVRAS-CHAVE: Abordagem do Ciclo de Políticas; Discurso Pedagógico; Política Curricular; Brechas Discursivas; Recontextualização Pedagógica.

O PAPEL DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NA REDE MUNICIPAL DE ALEGRETE-RS: DIÁLOGOS FORMATIVOS E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

DORNELES, Idalizia Barcelos Rodrigues - Mestranda PPPG -
UFSM. dornelesidalizia@gmail.com

LUNARDI, Elisiane Machado - Professor titular - UFSM. elisiane.lunardi@gmail.com

RESUMO: Este trabalho está associado ao Grupo REDES de estudos e pesquisas da Universidade Federal de Santa Maria UFSM, apresenta um recorte de uma pesquisa em andamento no campo da gestão educacional da educação básica, relacionado ao trabalho de formação permanente do coordenador pedagógico. O objetivo geral desta proposta é ressignificar o papel da coordenação pedagógica na perspectiva do diálogo reflexivo e do desenvolvimento profissional, busca-se aprofundamento nas reflexões de Paulo Freire (1967, 1987, 1996), Josso (2004), Abrahão (2006), Nóvoa (2014). A coordenação pedagógica é um dos elos da Gestão Escolar formada pelo tripé Administrativo, Pedagógico e Financeiro, que tem inúmeros desafios no caminho da educação de qualidade, tendo em suas mãos a decisão de como construir uma educação de qualidade. A cidade de Alegrete-RS conta com 15 (quinze) escolas de educação básica na zona urbana, sendo este o campo de pesquisa deste trabalho, destas apenas 9 (nove) contam com um coordenador pedagógico em sua gestão, a pesquisa será feita com estes profissionais, trazendo um resgate da função do coordenador pedagógico que se en-

contra sobrecarregado por inúmeras funções administrativas desvinculadas do principal propósito de seu trabalho que é a autoformação para capacitá-lo como formador dos educadores em exercício, é emergente costurar a partir do diálogo reflexivo novas formas de gestar a educação, o que será feito a partir dos círculos dialógicos investigativo formativos de Henz, inspirados no círculo de cultura Freireanos. Proposta de diálogo significativo que dá voz aos coordenadores pedagógicos sendo eles coautores da pesquisa, onde se sintam capazes de formar e se autoformar a partir de suas vivencias. Os desafios que se apresentam requerem um olhar para si de forma a desconstruir o que até aqui já foi feito para que surjam novas maneiras de ver a realidade e agir sobre ela a partir de uma visão democrática de educação.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Democrática; Gestão Escolar; Coordenação Pedagógica; Círculos Dialógicos.

REFLEXÕES SOBRE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

FABRIZIO, Silvane Brand - UFSM. silvane.brand@ufsm.br

DALLA CORTE, Marilene Gabriel - UFSM. marilenedallacorte@gmail.com

RESUMO: Este trabalho articula-se aos estudos desenvolvidos no Grupo de Pesquisas em Políticas Públicas e Gestão Educacional - Gestar/CNPq/UFSM, e constitui-se num recorte de pesquisa em andamento junto ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria. Tem como objetivos propor estratégias de qualidade no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e na Avaliação Institucional de uma IES, a partir da compreensão das dimensões preconizadas no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Para tanto, objetiva-se compreender os desafios e a qualidade da Educação Superior que estão preconizados no Sinaes junto ao PDI, considerando os indicadores da avaliação. A metodologia de pesquisa de natureza qualitativa ancora-se num estudo comparado entre IES públicas do estado do Rio Grande do Sul, Brasil, por semelhanças e referências. Além da revisão teórica, será realizada a análise documental do PDI e relatórios de avaliação institucional das IES envolvidas, bem como entrevistas semiestruturadas com gestores e presidentes das Comissões Próprias de Avaliação. Considerando a revisão de literatura já desenvolvida e desse breve escopo, infere-se que a avaliação institucional vem se constituindo como importante fator para melhorar a qualidade das Instituições de Educação Superior (IES), porque por

meio dos instrumentos aplicados periodicamente é possível diagnosticar as fragilidades e potencialidades apontadas na consulta e servir de parâmetros para os gestores transformar os indicadores quantificativos em qualidade, através da articulação dialógica, ora cumprindo os marcos regulatórios, ora em busca da excelência. Entretanto, as IES enfrentam um enorme desafio para atingir a qualidade preconizada na área da educação via dimensões do Sinaes. Assim sendo, espere-se suscitar reflexões sobre a lente da avaliação institucional que perpassa pelas políticas públicas, processos de democratização pela participação e autonomia universitária, bem como pelo compromisso educacional e de formação profissional das IES públicas, gratuitas e socialmente referenciadas

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação Institucional; Qualidade da Educação; Educação Superior; Democratização; Políticas Públicas.

PROCESSO AVALIATIVO EM FORMAÇÃO: GRUPO DE ESTUDOS DE UMA COMISSÃO SETORIAL DE AVALIAÇÃO

FABRIZIO, Silvane Brand - UFSM. silvane.brand@ufsm.br

DELLA MEA, Liliane GontanTimm - UFSM. lilianedm09@gmail.com

MIORANDO, Tania Micheline - UFSM. tmiorando@gmail.com

RESUMO: O trabalho relata as atividades de formação de um Grupo de Estudos constituído na Comissão Setorial de Avaliação (CSA-CE), do Centro de Educação (CE), da UFSM. O CE, da UFSM, iniciou sua avaliação institucional ainda em 1987, a partir de um estudo diagnóstico que marcava sua preocupação em avaliar-se. A partir de 1996, constituiu-se a Comissão de Avaliação Institucional do Centro de Educação (CAICE), que coordenou sistematicamente a avaliação nesse Centro. Em 2019, a Comissão Própria de Avaliação (CPA), assessorada pela Coordenadoria de Planejamento e Avaliação Institucional da UFSM (COPLAI) altera a denominação para CSA-CE e passamos a nos identificar como CAICE/CSA-CE. Apresentamos a constituição do Grupo de Estudos e Pesquisas em Avaliação Institucional do Centro de Educação (GEPAI-CE), que realiza estudos voltados à pesquisa sobre a avaliação no Ensino Superior, buscando a participação nos processos avaliativos e seu contexto político, social e educacional, assim como relata suas atividades de formação em apoio ao trabalho desenvolvido pela Comissão Setorial. Metodologicamente, o grupo se reúne periodicamente, com uma pauta de estudos que assessorara os integrantes do colegiado da Comissão e voluntários interessados. Detivemo-nos em estudar

textos publicados sobre Avaliação, documentos regulatórios da Instituição e proporcionar o debate interno, realizando reflexões acerca dos desafios institucionais do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a fim de ampliar para atividades de apoio e organização de instrumentos que contribuam nas funções da Comissão no CE e na UFSM. Como resultados, apontamos para uma organização ainda em processo de consolidação, mas já registrada junto ao CNPq, no Diretório de Grupos, e que tem atingido seus objetivos no apoio ao CE e sua representação na CPA/UFSM. A Avaliação Institucional tem constituído a possibilidade de reavaliar constantemente o cenário, proporcionando a busca pela melhoria das atividades na UFSM.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação Institucional; Comissão Setorial de Avaliação; Educação Superior; Plano de Desenvolvimento Institucional.

POLÍTICAS EDUCACIONAIS: AVALIAÇÃO EXTERNA E AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM NA BNCC

GABRIEL, Angélica Felske - UFSM. angelfelske@gmail.com

MAZZARDO, Ana Lucia da Luz - UFSM. analuciamazzardo@gmail.com

SARTURI, Rosane Carneiro - UFSM. rcsarturi@gmail.com

RESUMO: O estudo propõe a integração dos conhecimentos acadêmicos discutidos no Grupo de Pesquisa Elos da Universidade Federal de Santa Maria e apresenta uma discussão sobre a articulação das políticas educacionais acerca das avaliações externas e avaliação de aprendizagem, da Educação Básica Brasileira, nos moldes da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, com objetivo de analisar o percurso do estudante, considerando o protagonismo na construção do conhecimento. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica do tipo exploratória, alicerçada em Gill. Como ferramentas para análise, o Ciclo de Políticas proposto por Stephen Ball e Richard Bowe, pesquisadores ingleses da área de políticas educacionais, considerando os processos de formulação e implementação das políticas educacionais e as contribuições conceituais de Pierre Bourdieu, considerando os pressupostos dessas políticas de avaliação. O Ciclo de Políticas aborda um ciclo contínuo constituído por três facetas ou arenas políticas. A “política proposta”, a “política de fato” e a “política em uso”. Os resultados da investigação apontam que, apesar das inúmeras e históricas tentativas de consolidar a escola como espaço igualitário em que todos têm as mesmas oportunidades, nada tem de neutra e as chances dos alunos são desiguais. A avaliação externa possui cunho regulador enquan-

to que a avaliação escolar possui um caráter formativo, com ênfase no protagonismo dos estudantes. Portanto, a escola privilegia quem por natureza, socioeconômica cultural, já é privilegiado e a sua função de reprodução e de legitimação das desigualdades sociais são mantidas. Da mesma forma, os estudantes em situação socioeconômica e cultural favorável estão em vantagem tendo em vista ser o aprimoramento de uma educação já qualificada enquanto que para estudantes oriundos de classes desfavorecidas é concebida como algo ameaçador ou estranho. Entende-se que entre a elaboração e implementação de uma política, existe um longo e sinuoso caminho a percorrer, caracterizado por desafios complexos.

PALAVRAS-CHAVE: Política educacional; BNCC; Avaliação externa; Avaliação de aprendizagem.

1
EIXO

CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UM CAMINHO INICIAL DE REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

LOPES, Daniela Oliveira - Universidade Federal de Pelotas.
dol_60@yahoo.com.br

CÓSSIO, Maria de Fátima - Universidade Federal de Pelotas.
cossiofatima13@gmail.com

RESUMO: Este trabalho descreve o processo inicial de revisão bibliográfica com o uso do descritor “Curricularização da Extensão Universitária” realizado para a elaboração de um projeto de tese desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas. Elegeu-se para essa consulta o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES com abrangência do período de 2001 a 2022. A partir dessa busca, obteve-se um retorno de 5 trabalhos - 3 dissertações e 2 teses. Foi realizada uma leitura inicial dos estudos a fim de identificar seus objetivos. Angeloni (2021) contextualiza “os cenários em que se encontram as IES públicas da região Sul do Brasil no que concerne à implementação da Curricularização da Extensão” (p. 20). Bergamin (2019) indica possibilidades e desafios relativos ao processo de curricularização da Extensão no contexto específico de uma universidade. Ferreira (2020) analisa o cenário da curricularização da extensão em um instituto federal de educação, ciência e tecnologia. Timm (2018) discute possibilidades de inclusão da extensão no currículo de um curso de licenciatura. Serva (2020), por sua vez, investiga a influência da política de curricularização da extensão no aprimoramento da

aprendizagem e do currículo nas universidades. Sabe-se que o conhecimento construído pela humanidade estará sempre permeado por lacunas que precisam ser preenchidas. Identificar essas lacunas é um dos primeiros movimentos que pesquisadoras e pesquisadores precisaram realizar na condução de seus estudos. Assim, esse levantamento fornece um respaldo inicial para que a pesquisa que ora se desenha possa atingir esse propósito.

PALAVRAS-CHAVE: Extensão Universitária; Política Curricular; Ensino Superior.

1
EXPO

POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE EDUCADORES DO CAMPO: O PROCAMPO EM FOCO

MIRANDA, Élida Lopes - PPGEdu/UFRGS. elida.miranda@ufv.br

SANTOS, Simone Valdete dos - PPGEdu/UFRGS. simonevaldete@gmail.com

RESUMO: Nas últimas duas décadas, o movimento da Educação do Campo conquistou amplo espaço no meio acadêmico e na agenda política nacional. Atualmente, a política educacional denominada Procampo constitui uma das principais ações da Educação do Campo. Essa nova modalidade de graduação, intitulada Licenciatura em Educação do Campo, tem por objetivo formar educadores para a docência nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio nas escolas do campo. Nesse sentido, o presente trabalho visa discorrer sobre o Procampo e integra a pesquisa de doutorado intitulada “O Procampo: uma análise sobre o processo de expansão e implementação da Licenciatura em Educação do Campo em Minas Gerais”, em andamento, no PPGEdu/UFRGS. Em termos metodológicos, realizou-se uma pesquisa documental da legislação referente a política de formação de educadores do campo (leis, editais, decretos, pareceres e portarias), e o levantamento no portal teses e dissertações da Capes da produção do conhecimento sobre o Procampo nos últimos 10 anos. Assim, os resultados da análise documental realçaram a importância da matriz formativa da Licenciatura em Educação do Campo, dos seus princípios e da articulação/ envolvimento institucional dos cursos com a escola pública. Quanto ao levantamento bibliográfico, verificou-se um cres-

cimento significativo da produção do conhecimento, o que despertou a atenção de estudiosos da Educação do Campo, por pesquisas denominadas “estado da arte” ou “estado do conhecimento”. Todavia, esse campo ainda carece de maior incidência de pesquisas sobre a política de formação de educadores do campo, já que tem sido fortemente impactada com os retrocessos e a descontinuidade das políticas educacionais após o impeachment da presidente eleita Dilma Rousseff com o golpe de 2016.

PALAVRAS-CHAVE: Educação do Campo; Procampo; Formação de Educadores do Campo.

1
EIXO

CONSELHOEDU: PLATAFORMA DE GESTÃO PARTICIPATIVA PARA CONSELHOS DE EDUCAÇÃO

PERGHER, Calinca Jordânia - Professora IFFAR Campus Alegrete.
calinca.pergher@iffarroupilha.edu.br

RODRIGUES DA SILVA, Érik Fernando - Aluno IFFAR Campus Alegrete.
erik.2019012494@aluno.iffar.edu.br

AHMAD, Laila Azize Souto - Professora IFFAR Campus Jaguari -
laila.souto@iffarroupilha.edu.br

RESUMO: O resumo apresenta recorte da pesquisa Conselhoedu: desenvolvimento de uma plataforma para formação e gestão participativa de conselhos de educação que objetiva potencializar e contribuir na organização, funcionamento, gestão participativa e formação continuada dos conselhos de educação, por meio da plataforma digital, visando qualificar sua atuação. Dois criação de uma municípios são parceiros/demandantes: Alegrete-RS e Manoel Viana-RS. A Pesquisa Baseada em Design (PBD) foi a escolha teórico-metodológica, ela apoia-se na construção conjunta com os participantes buscando solucionar um problema educacional complexo. Enfatizamos nesse resumo uma das Abas desenvovidas na plataforma, denominada Meu Conselho, endosando princípios da meta 19 do Plano Nacional de Educação, que prevê auxiliar na gestão democrática dos conselheiros de Educação. Posteriormente à conversas com as demandantes, aplicação de questionários aos conselheiros, nesta seção da plataforma estão presentes funcionalidades que buscam unificar rotinas de ação de um conselheiro: agendar eventos ou reuniões do conselho, centralizar a agenda dos conselheiros, adicionar pautas à reunião, aumentando e qualificando os processos de participação atinentes à prática de conselhos

de educação. Ademais, será possível ao conselheiro confirmar ou não a sua presença em reuniões; visualizar as atas disponibilizadas através de link. A plataforma permitirá unificação de documentos, facilitando e digitalizando o acesso aos registros produzidos pelo conselho aos conselheiros. Dentre alguns avanços da pesquisa, destaque ao primeiro ciclo de testes com os conselheiros municipais de educação. Obteve-se receptividade à plataforma, além disso o grupo de pesquisadores recebeu sugestões de novas funcionalidades para serem implementadas em próximas versões. Os conselheiros mostraram-se participativos, trouxeram suas demandas visando qualificar a pesquisa em andamento. O grupo de pesquisadores registrou as sugestões, está trabalhando no aprimoramento e criação das novas funções, futuramente realizará outros ciclos de testagens, garantindo participação dos conselheiros no processo de aprimoramento da plataforma.

PALAVRAS-CHAVE: Participação; ciclos; tecnologias.

EXPO
1

CONTRIBUIÇÕES EXTENSIONISTAS NA PÓS-GRADUAÇÃO: INSERÇÃO SOCIAL DE UM MESTRADO PROFISSIONAL DA ÁREA DE EDUCAÇÃO

SAVEGNAGO, Cristiano Lanza - Universidade Federal de Santa Maria. cristianolanza@hotmail.com

DALLA CORTE, Marilene Gabriel - Universidade Federal de Santa Maria. marilenedallacorte@gmail.com

RESUMO: Este trabalho decorre de estudos realizados pelo Grupo de Pesquisa Gestar/CNPq/UFSM tendo em vista um olhar na modalidade profissional de pós- graduação stricto sensu da área de educação, que tem priorizado sua inserção social e consolidação político-pedagógica no cenário socioeducacional brasileiro. Esta modalidade possui particularidades que a diferencia da modalidade acadêmica, a exemplo da elaboração de uma proposta de intervenção por meio de um produto educacional. Destarte, objetivou-se reconhecer as contribuições extensionistas de inserção social dos produtos educacionais elaborados no âmbito do Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria. A metodologia de pesquisa de natureza qualitativa contou com a análise dos trabalhos de conclusão de curso do quadriênio 2017-2020. Utilizou-se a análise de conteúdo com base em categorias correspondentes às modalidades de extensão universitária nas quais as propostas/produtos educacionais podem se enquadrar. Foram contabilizados 82 produtos educacionais, entre eles: três programas, 31 projetos, 12 cursos de forma-

ção de professores, seis eventos de divulgação de conteúdos educacionais e 30 prestações de serviços. Alguns exemplos desses produtos educacionais são: programa de formação continuada em serviço para professores de séries iniciais de uma escola estadual; projeto para criação de núcleo de extensão em línguas estrangeiras na UFSM; curso de formação sobre o Plano de Ações Articuladas e a gestão educacional/democrática com professores e gestores de Redes Municipais no RS. Os resultados sinalizam que o Mestrado Profissional em estudo prioriza a elaboração de produtos implicados/aplicados aos educacionais tendo por base processos investigativos contextos de atuação profissional dos acadêmicos. Tais produtos se constituem em estratégias de interlocução Educação Básica e Superior, repercutindo em inserção social pelo potencial de (re)formulação e (re)articulação de políticas públicas, processos de gestão e democratização da educação, da produção compartilhada do conhecimento via cooperação técnica e, sobremaneira, pela qualificação da formação e atuação profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Mestrado profissional; Inserção social; Extensão universitária; Democratização.

AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A JUDICIALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

SCHNEIDER, Giselda Siqueira da Silva - Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. giseldasiqueira@hotmail.com

RESUMO: No Brasil, observa-se que para concretização do direito à educação, além da legislação infraconstitucional (função/poder legislativo) e das políticas públicas (função/poder executivo), são interpostos processos judiciais buscando a sua garantia e efetividade, o que evidencia a relação do Poder Judiciário com a educação estabelecida desde a Constituição Federal de 1988. Diante disso, começa a aparecer nas produções acadêmicas, ao mesmo tempo em que os Tribunais no país firmavam jurisprudência sobre o tema, o fenômeno denominado “judicialização da educação”. Dessa forma, a presente pesquisa intende identificar as políticas públicas educacionais que tem sido objeto de judicialização nos últimos anos no Brasil, essencialmente as apreciadas em processos na última instância recursal, o Supremo Tribunal Federal. Afinal, que temas ganharam destaque em sede de políticas públicas educacionais e os posicionamentos da Suprema Corte Constitucional sobre? O trabalho integra estudos em andamento no Programa de Pós-Graduação em Educação, na linha de pesquisa “Políticas e Gestão de Processos Educacionais”. Procede-se à investigação pela abordagem qualitativa, de natureza básica, pela pesquisa exploratória, utilizando como procedimento, a pesquisa documental e o levantamento bibliográfico. Primeiramente, serão abordados alguns conceitos epistemológicos essenciais para compreensão e localização da temática.

ca; para em seguida, apresentar os temas/políticas públicas educacionais e as referidas análises consoante as decisões do Supremo Tribunal. Conclui-se, que a instância máxima do Poder Judiciário no Brasil tem contribuído ativamente para a concretização do direito à educação, fornecendo subsídios teóricos e metodológicos para os profissionais, pesquisadores e gestores da Educação para fiscalização e realização no âmbito social das garantias asseguradas pela lei, consubstanciadas nas políticas públicas no setor, tendo em vista as descontinuidades dos programas de governo a cada nova gestão administrativa.

PALAVRAS-CHAVE: Direito; Educação; Políticas Educacionais; Judicialização.

1
EXPO

PROCESSOS IDENTITÁRIOS DE SER PROFESSORA DE INGLÊS: CARÊNCIAS DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

SILVA, Kelly Cristina Rodrigues Gularde da - UERGS. kelly-silva@uergs.edu.br

RESUMO: Esta investigação de Mestrado Profissional em Educação, no PPGED-MP/Uergs, concluída em 2022, envolveu cinco professoras de inglês de uma rede municipal do Rio Grande do Sul. O objetivo geral do estudo era saber quais eram os processos identitários de ser professora de inglês na Educação Básica considerando as metodologias de ensino que eram utilizadas, tendo-se como problema de pesquisa identificar que processos identitários eram esses e utilizou-se um amplo referencial teórico com um recorte sócio-político -histórico das condições das mulheres, com apoio de Almeida (1996), Gadotti (2003), Quijano (2005), os processos identitários e as identidades docentes, na visão de Bahury (2017), Bauman (2001), Hall (2006), algumas metodologias de ensino de inglês com foco nos estudos de Fiorin (2006), Leffa (2014), Uphoff (2008) entre outros, e buscou-se apporte em algumas legislações para o entendimento deste estudo. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa envolvendo a análise de discurso de Michel Pêcheux (2008) para analisar os dizeres das docentes. Os resultados evidenciaram que as professoras misturam métodos e seus processos identitários são oriundos da formação acadêmica inicial, da prática docente, das experiências iniciais individuais, das sensações emocionais, de medos, de reclamação, de gostar, de aspirações, de saudade de um mo-

mento de formação que não retorna e que são manifestados em sentidos que apresentam uma memória social, coletiva, histórica e institucional bastante presentes nos dizeres das docentes que evocam heterogeneidades constitutivas que denunciam um mal-estar docente, incertezas da profissão, falta de formação permanente muito marcadas por discursos em circulação que apresentam um senso comum. Diante destas conclusões, verifica-se que há ausência de indicadores sobre o ensino de inglês e de formação docente específica para professoras de inglês no município observado, o que denunciam faltas de políticas educacionais condizentes com esta área de ensino que visem à promoção da profissionalização docente de inglês.

PALAVRAS-CHAVE: Análise de discurso; Identidades docentes; Políticas educacionais; Processos identitários; Ser professora de inglês.

1
EIXO

POLÍTICAS E PRÁTICAS DE INCLUSÃO PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: A REALIDADE DE QUATRO UNIVERSIDADES DO SUL DO PAÍS

TONINI, Andréa - Universidade Federal de Santa Maria. andrea. tonini@uol.com.br

RODRIGUEZ, Rita de Cássia Morem Cossio - Universidade Federal de Pelotas. rita.cossio@gmail.com

CARLAN, Francele de Abreu - Universidade Federal de Pelotas. francescarlan@gmail.com

RESUMO: Diante da complexidade e dos desafios que a temática da Educação Inclusiva traz ao contexto das universidades brasileiras, este estudo buscou compreender as políticas e práticas locais de Instituições de Ensino Superior (IES) relativas ao ingresso e permanência dos estudantes com deficiência. Para tal, será analisado o contexto de quatro universidades da região Sul do país: Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade do Pampa (UNIPAMPA), Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). As referidas IES integram o Grupo Interinstitucional Minuano de Estudos e Pesquisa em Inclusão e Diversidade (GIMEPID). A metodologia é de nível exploratório, pois tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses sobre a temática já explicitada. Neste trabalho, serão apresentados os dados de um dos instrumentos aplicados: quadro registro para a análise documental das políticas e práticas das IES, relativas às

formas de ingresso e permanência. Em relação às formas de ingresso para estudantes com deficiência, as quatro universidades utilizam o Sistema de Seleção Unificada (SISU). Entretanto, há outras formas de ingresso que as diferenciam sendo: Processo seriado e Vestibular (UNIPAMPA); Programa de Avaliação da Vida Escolar - PAVE (UFPEL); Vestibular para Educação a Distância; Processo Seletivo para a Pessoa com Deficiência (PCD), utilizando a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (UFSM). Sobre a reserva de vagas, a maioria das IES segue o que ordena a Lei nº 12. 711/2012, sendo 50% das matrículas por curso de graduação. Sobre as estratégias para a permanência, as quatro universidades oferecem o Atendimento Educacional Especializado, havendo uma transversalidade das ações de/para inclusão por meio dos atendimentos especializados na área da Educação Especial, Interpretação em Libras, Terapia Ocupacional, entre outros, bem como por meio de formações continuadas sobre a inclusão na educação superior.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas de Inclusão; Estudantes com deficiência; Instituições de Ensino Superior.

FÓRUNS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E O ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA EDUCACIONAL

ZINN, Carla da Luz Zinn - UFSM. carlazinn@gmail.com

LUNARDI, Elisiane Machado - UFSM. elisiane.lunardi@gmail.com

RESUMO: Este estudo, vinculado ao Grupo REDES de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Gestão Educacional, apresenta um recorte de uma pesquisa em andamento, no campo do planejamento na gestão educacional. A pesquisa objetiva discutir a gestão democrática no contexto dos Fóruns Permanentes Municipais de Educação no que tange aos processos de planejamento, acompanhamento e avaliação dos planos decenais de educação. O Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) estabelece na meta 19, estratégia 19. 3, que os entes Federados incentivem a constituição dos Fóruns Permanentes de Educação de modo que, como mecanismos de gestão democrática, possam coordenar as conferências de educação e realizar o acompanhamento dos planos municipais de educação. Dessa maneira, no que se refere ao Fórum Municipal de Educação cabe estabelecer a busca de elementos concretos que possibilitem a compreensão dos municípios que constituíram este mecanismo de gestão democrática, bem a efetividade das suas funções em relação a participação da sociedade civil no acompanhamento da política educacional. O estudo, de caráter bibliográfico, foi ancorado na legislação educacional vigente e nas discussões de Gadotti (2010), Saviani (2014) e Dourado (2016) acerca da temática. Embora o processo de elaboração dos planos dece-

nais de educação tenha apresentado fragilidades, percebe-se que os movimentos de criação dos fóruns permanentes de educação foram realizados, mas a manutenção e o fortalecimento do espaço democrático, na conjuntura dos municípios é uma necessidade emergente para que o acompanhamento da política educacional seja exercido no campo da prática. Os desafios atuais em relação a descontinuidade das políticas públicas requerem um olhar aprofundado acerca dos espaços democráticos e qualidade dos processos de participação da sociedade civil na construção e no acompanhamento as políticas educacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Educacionais; Gestão Democrática; Fóruns Municipais de Educação; Plano Municipal de Educação.

Eixo 2

**Políticas
públicas de
financiamento
da educação**

AVANÇOS E DESAFIOS PARA O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DO NOVO FUNDEB

GONÇALVES, Juliane Rodrigues - UFRGS. julianegoncalves.r@gmail.com

FLORES, Maria Luiza Rodrigues - UFRGS. malurflores@gmail.com

RESUMO: O trabalho se relaciona à pesquisa que investiga resultados do monitoramento realizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul em relação à oferta de educação infantil no estado. Este recorte tem como objetivo apresentar avanços e desafios para a efetivação de uma oferta educacional de qualidade a partir da aprovação do novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), aprovado pela Emenda Constitucional (EC) nº 108/20 e regulamentado pela Lei nº 14.113/20. A metodologia utilizada envolveu análise documental (leis, normas e notas técnicas de entidades) e revisão da literatura sobre o tema, incluindo quatro artigos publicados em dossier específico. O referencial que sustenta as análises estabelece: o direito à educação infantil de qualidade para todas as crianças brasileiras, como princípio da Constituição Federal de 1988 (CF/88); a exigência de um financiamento adequado, assim como a responsabilização e articulação entre todos os entes federados, como prevê a CF/88; o atendimento aos padrões de qualidade estabelecidos nas normativas vigentes para essa etapa. A partir da análise do material, foram identificadas como avanços: a continuidade do Fundeb e seu caráter permanente; o aumento

EXPO 2024

progressivo da complementação da União de 10% para 23%, até 2026; o sistema de distribuição do recurso em três partes, com a destinação de 50% da complementação Valor Aluno Ano Total global para a educação Infantil e a constitucionalização do Custo Aluno Qualidade. Enquanto desafios a serem superados, restam a EC nº 95/2016, que limita o investimento em Educação, assim como os avanços de interesses privados que disputam o fundo público. Considerando tal contexto, a literatura analisada enfatiza a importância da mobilização e acompanhamento por parte da sociedade civil organizada, na defesa da destinação de recursos públicos para a escola pública.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil; Novo Fundeb; Financiamento.

2
EXPO

RECURSOS DO PDDE BÁSICO PARA ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO: EFEITOS DO ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL (EMTI)

SCHERER, Regina Maria Duarte - UFRGS. reginascherer@yahoo.com.br

RESUMO: Este trabalho, resultado de uma pesquisa em andamento, tem por objetivo analisar o uso dos recursos repassados para escolas de ensino médio em tempo integral da rede estadual do Rio Grande do Sul no período de 2017 - 2021, pelo Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) Básico, e que se enquadrem como gastos em ações pedagógicas. A análise busca investigar quais são os critérios adotados para a definição de uso dos recursos, tanto de custeio como capital, recebidos via PDDE. Espera-se verificar como ocorre a participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar na definição do uso dos recursos do PDDE, bem como as repercussões na ação pedagógica e se os processos eleitorais, internos e externos, afetam a gestão desses recursos. A pesquisa, de natureza qualitativa, está sendo realizada em uma amostra de cinco escolas, duas em Porto Alegre e três em cidades do interior, que aderiram ao Programa Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI). Como fonte para as análises, além das entrevistas com gestores das instituições, são utilizados os levantamentos colhidos junto aos sistemas de informação de acesso público do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a análise documental dos planos de aplicação dos recursos e das atas ou registros com a definição da aplicação dos recursos. Dentre os primeiros achados foi

EXPO 2021

possível levantar o montante de recursos recebidos por cada escola em cada ano do período analisado, identificar a regularidade das prestações de contas e o número de matrículas. Tais informações permitem identificar uma queda nos valores repassados para as escolas como decorrência da queda de alunos matriculados. Considerando que os recursos do PDDE Básico fazem parte da gestão financeira das escolas, é possível sinalizar que a adesão ao EMTI trouxe impacto negativo no repasse destas escolas e possíveis consequências na gestão delas.

PALAVRAS-CHAVE: PDDE; Gestão de Recursos; Políticas Públicas; EMTI.

EIXO 2

MODELO EXPLICATIVO PARA A EXECUÇÃO DO PDDE

SELAU, Lisiane Priscila Roldão - UFRGS. lisianeselau@gmail.com

VIANA, Mariana Peleje - Prefeitura Municipal de Florianópolis.
marianaviana@gmail.com

FARENZENA, Nalú - UFRGS. nalu.farenzena@gmail.com

RESUMO: O PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola é o primeiro programa em âmbito nacional de transferência de recursos financeiros da União, disponibilizados diretamente para gestão de escolas públicas do país, com a finalidade de prestar assistência financeira, em caráter suplementar, para a melhoria da infraestrutura física e pedagógica dos estabelecimentos de ensino beneficiários, assim como o reforço da participação social e promoção da autogestão escolar, em suas vertentes administrativa, financeira e pedagógica. O Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais da Região Sul (Cecampe-Sul), constituído em 2020 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), integra a rede instituída pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em parceria com universidades federais, sendo a unidade de referência para os estados da Região Sul e tem, como um de seus objetivos, o monitoramento do PDDE. Uma preocupação por parte do FNDE está em identificar fatores explicativos da execução dos recursos do PDDE, buscando que os objetivos legais do Programa sejam cumpridos, o que fornece dados relevantes para o monitoramento e para o planejamento de assistência técnica. Nesse sentido, foi aplicada a técnica de regressão logística para construir um modelo explicativo e identificar as principais características associadas à execução dos recur-

EXPO 2021

sos do PDDE. Para isso, utilizou-se os dados do Questionário PDDE e a Gestão Escolar em Escolas Estaduais e Municipais com UEx na Região Sul (respondido por 3. 699 escolas). Dentro as características relacionadas com altos índices de execução destacam-se: existência de grêmio estudantil como órgão participativo; avaliação positiva do acompanhamento e apoio da Entidade Executora; existência de Projeto Político-Pedagógico atualizado; disponibilidade efetiva de tempo para a gestão do PDDE; afinidade entre área de formação profissional e saberes demandados para a gestão do PDDE; entre outros.

PALAVRAS-CHAVE: PDDE; Gestão Escolar; Execução; Regressão Logística.

EIXO 2

A EDUCAÇÃO INFANTIL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: AVANÇOS E DESAFIOS NA ÚLTIMA DÉCADA NA REGIÃO DA AMAU

SILVA, Juliana Alves da - Graduada do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). julianaalves095@gmail.com

PIEROZAN, Sandra Simone Höpner - Professora do Departamento de Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). sandra.pierozan@uffs.edu.br

RESUMO: A presente pesquisa pretende compreender a maneira como é articulada, junto ao Plano Nacional da Educação (PNE), os Planos Municipais de Educação dos 32 municípios que compõem a região da Associação dos Municípios do Alto Uruguai (AMAU). Além disso, averiguar como é atendida a Educação Infantil na última década nessa região. As políticas públicas assumem papel fundamental ao determinarem os projetos que poderão ocorrer dentro da esfera pública, ou seja, são políticas que buscam atender as necessidades de todos os envolvidos em determinado contexto social. A metodologia utilizada foi a abordagem qualitativa, tendo como procedimentos da pesquisa a análise documental e bibliográfica entorno dos Planos Municipais de Educação (2014-2024). Nesses planos foram selecionados para análise a Meta 1 e as estratégias desenvolvidas pelos municípios para atingir a meta da Educação Infantil no decorrer de 10 anos. O presente trabalho definiu seu olhar na direção de 4 categorias: estrutura física, formação profissional, atendimento à criança e as modalidades (especial e indígenas), onde podemos entender melhor a forma como foram construídas as

EXPO 2024

estratégias de cada categoria dentro dos PMEs. Ao longo de três capítulos, é realizado um resgate histórico das políticas públicas educacionais no Brasil, assim como do processo de implementação das políticas voltadas à Educação Infantil e as estratégias atuais dos municípios para execução deste nível de ensino na região. Para tanto, o que se evidenciou no decorrer de toda análise realizada é que apesar de ter todo um amparo legal para organização e construção das políticas educacionais para a Educação Infantil, ainda há muito o que se buscar em termos de investimentos. Muitas das estratégias assumidas acontecer justamente pela pelos municípios, em alguns casos, nem começaram a falta de investimentos, tanto em questões relacionadas a infraestrutura, materiais; como formações e organização das equipes.

PALAVRAS-CHAVE: políticas públicas; educação infantil; planos municipais de educação; planejamento educacional.

EXPO 2

PAINEL INTERATIVO PARA MONITORAMENTO DE INDICADORES DO PDDE

SELAU, Lisiane Priscila Roldão - UFRGS. lisianeselau@gmail.com

VIANA, Mariana Peleje - Prefeitura Municipal de Florianópolis.
marianapviana@gmail.com

FARENZENA, Nalú - UFRGS. nalu.farenzena@gmail.com

RESUMO: O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) é o primeiro programa em âmbito nacional de transferência de recursos financeiros da União, disponibilizados diretamente para gestão de escolas públicas do país, com a finalidade de prestar assistência financeira, em caráter suplementar, para a melhoria da infraestrutura física e pedagógica dos estabelecimentos de ensino beneficiários, assim como o reforço da participação social e promoção da autogestão escolar, em suas vertentes administrativa, financeira e pedagógica. O Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais da Região Sul (Cecampe-Sul), constituído em 2020 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), integra a rede instituída pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em parceria com universidades federais, sendo a unidade de referência para os estados da Região Sul, tendo, como um de seus objetivos, o monitoramento do PDDE. O Painel é uma ferramenta capaz de mostrar de maneira clara e didática uma série de dados e informações que ajudam a visualizar melhor a política, trazendo indicadores que ajudam a medir e refletir sobre os dados de forma agregada, permitindo compreendê-los e acompanhá-los de maneira mais visual e prática, podendo orientar, apontar medidas e conduzir intervenções para o

EXPO 2024

aprimoramento do PDDE. Pode ser utilizado de forma interativa, voltado a diferentes contextos e sujeitos, abrindo diversas possibilidades de seleção de dados e visualização das informações, de forma acessível e transparente, com fácil interpretação e foco tanto nas pessoas da comunidade escolar, quanto nos órgãos administrativos da educação pública, nos âmbitos municipal, estadual e federal. Foi elaborado utilizando a ferramenta Google Data Studio, a partir dos microdados do Censo Escolar/INEP (2020) e dados do PDDE (2016-2020) disponibilizados pelo FNDE, estando disponível em: <https://www.ufrgs.br/cecampe-sul/painel-pdde/>.

PALAVRAS-CHAVE: PDDE; Gestão Escolar; Painel; Monitoramento; Indicadores.

EIXO 2

Eixo 3

**Educação,
direitos
humanos,
diversidade e
inclusão social**

EDUCAÇÃO DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO SUPERIOR: DESAFIOS AO ACESSO E PERMANÊNCIA

CARVALHO, Fernando Ramires - Universidade Federal do Pampa.
fernandoramires.aluno@unipampa.edu.br

PEREIRA, Samara de Oliveira - Universidade Federal do Pampa.
samaraop@hotmail.com

MARTINS, Claudete da Silva Lima - Universidade Federal do
Pampa. claudetemartins@unipampa.edu.br

RESUMO: Recentemente a Lei nº 13. 409 (BRASIL, 2016), que assegura o direito à cotas às pessoas com deficiência para o acesso ao ensino superior, veio a contribuir para que o estudante surdo ingresse na universidade. Diante disso, este resumo apresenta os dados iniciais de uma pesquisa em nível de mestrado que visa identificar quais são as barreiras ao acesso e permanência do estudante surdo no ensino superior. Logo, o objetivo é identificar, através de uma revisão sistemática da literatura, quais barreiras são apontadas frente ao acesso e permanência dos alunos surdos nos cursos de graduação e realizar um levantamento do quantitativo de estudantes surdos que ingressaram, permaneceram e conseguiram concluir sua graduação na Universidade Federal do Pampa, no período de 2017 a 2022. Quanto à metodologia foi realizada uma pesquisa com abordagem quanti-qualitativa, com objetivo exploratório, no qual utilizou-se a análise documental (GIL, 2008) usando como fonte de dados do Relatório de alunos com deficiência, aplicando-se a análise de conteúdo (GIL, 2008) sobre os dados coletados. Os resultados obtidos, a partir da revisão de literatura, apontam que a barreira linguística dificulta o acesso e a permanência destes es-

3
EXPO
II

tudantes, o que pode ser reflexo da ausência de profissionais Tradutores Intérpretes de Libras nos espaços universitários. Essa constatação vem ao encontro com os dados referentes à permanência desses estudantes no ensino superior, a barreira linguística (no caso do estudante surdo graduando, os textos produzidos e lidos estão em português a qual é sua língua secundária e estes não possuem grande domínio) e a falta de formação docente na área da Libras e da inclusão nos processos de ensino e aprendizagem. Assim, conclui-se que é necessário que as instituições de Ensino Superior estejam dedicadas a quebrar essas barreiras, garantindo plenamente o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes surdos no ensino superior.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Superior; Educação de surdos; Acesso e permanência.

3
EXPO

AÇÕES DO TCE-RS NA PROMOÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

GONÇALVES, Shaiane da Silva - Acadêmica de Pedagogia UFRGS.
shaianegoncalves9@gmail.com

FLORES, Maria Luiza Rodrigues - Professora Associada, Faculdade
de Educação da UFRGS. malurflores@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho está vinculado a pesquisa maior que analisou a atuação do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS) em relação ao monitoramento da oferta de educação infantil no estado, considerando ações de julho de 2019 a junho de 2022, incluindo o período de pandemia de covid-19. Como metodologia, realizamos a leitura de textos e legislações e a busca de notícias publicadas no site do TCE-RS e em outros correlacionados ao órgão organizando o material nas seguintes categorias: atuação conjunta com outros órgãos e entidades; agenda articulada à aprovação do novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação; promoção de eventos formativos; orientações e determinações aos prefeitos; divulgação de boas práticas na educação; fiscalização do uso de recursos públicos; alerta em relação às desigualdades educacionais; ações antirracistas na educação; fiscalização das Metas do Plano Nacional de Educação. Dentre essas ações, escolhemos focar nas vinculadas às “ações antirracistas”, com o objetivo de evidenciar iniciativas do TCE-RS para a fiscalização do cumprimento do Art. 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Destacaram-se as ações: participação no Grupo de Trabalho 26-A, formado por instituições públicas e colaboradores; promoção de seminários; pesquisa sobre a implementação do

EXPO
E

ensino de História e cultura afro-brasileira e indígena nos municípios do RS; lançamento do e-book “Educação antirracista: desafios e fiscalização”; criação do curso “Fiscalização da Aplicação do Art. 26-A da LDBEN na Educação”. Para um maior aprofundamento foi realizado o curso oferecido pelo TCE-RS. As análises evidenciam o compromisso do TCE-RS em relação à fiscalização do cumprimento do referido artigo; promoção de ações de capacitação; contribuição para a garantia do direito à educação com qualidade e atuação para superação de desigualdades de acesso e permanência na escola e respeito às diferenças.

PALAVRAS-CHAVE: Educação antirracista; Políticas Públicas; Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul; Ldben.

M
EXO
E

CURSOS PRÉ-VESTIBULARES POPULARES EM PORTO ALEGRE: ACESSO DAS CAMADAS POPULARES NA PANDEMIA

JESUS, Victor Paiva de - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. victorpmat1@gmail.com

BÚRIGO, Elisabete Zardo - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. elisabete.burigo@ufrgs.br

RESUMO: O ensino superior no Brasil tem sido historicamente caracterizado por dificuldades e desigualdades de acesso. Estudantes das camadas populares têm chances reduzidas de ingresso ao ensino superior público e, com a pandemia, as disparidades sociais ficaram mais evidentes. Nesse sentido, os cursos pré-vestibulares populares aliados a política de cotas têm sido uma importante ferramenta de apoio para esses estudantes na preparação para os processos seletivos de ingresso. Os cursos populares têm características diferentes dos convencionais particulares, devido a sua atuação política, pois buscam abrir espaços para discussões, reflexões e críticas às temáticas sociais. O presente trabalho, em desenvolvimento, busca compreender como os cursos populares da cidade de Porto Alegre se organizaram para preparar estudantes para o ingresso no ensino superior via os vestibulares das universidades e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), durante a pandemia do Covid-19. Até o presente momento, foram reunidas informações a partir dos sites de cada grupo de trabalho, das redes sociais, nos documentos que regem estes cursos. Foi identificado um total com treze cursos pré-vestibulares populares, e foram realiza-

3
EXPO
E

dos os primeiros contatos com nove e acesso aos documentos e regimentos de seis destes. No início do período de pandemia, os cursos tomaram diferentes decisões no momento de se reorganizar para atender os seus estudantes: uns disponibilizando material para leitura e listas de exercícios, outros por vídeos e lives, e alguns conseguiram se organizar mais rapidamente, realizando aulas de forma síncrona por videoconferência. Na próxima etapa, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com as equipes de direção e alguns educadores de cada projeto, a fim de compreender como se reorganizou a dinâmica de cada curso, a partir da necessidade do distanciamento social.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Popular. Curso popular; Pandemia; Acesso ao Ensino Superior;

M
EXO

ACESSIBILIDADE TECNOLÓGICA: OS DESAFIOS DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL

PINHEIRO, Fernanda de Limaz - Universidade Federal do Pampa.
fernandapinheiro.flp@gmail.com

PEREIRA, Samara de Oliveira - Universidade Federal do Pampa.
samaraop@hotmail.com

MARTINS, Claudete da Silva Lima - Universidade Federal do
Pampa. claudetemartins@unipampa.edu.br

RESUMO: A Acessibilidade Tecnológica (AT) é capaz de potencializar a inclusão digital, o que permite que estudantes com deficiência possam estudar e aprender, sem desconfortos ou barreiras, com segurança e autonomia. Assim, o objetivo deste estudo foi realizar uma pesquisa sobre os processos de ensino e aprendizagem dos estudantes com deficiência durante a pandemia de COVID-19, no Ensino Remoto Emergencial (ERE) da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), com foco na AT. Este trabalho faz parte da pesquisa em andamento intitulada “INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA E/OU NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS NO ENSINO SUPERIOR: experiências e desafios durante a pandemia no ano de 2020” do Grupo Interinstitucional Minuano de Estudos e Pesquisa em Inclusão e Diversidade (GIMEPID). Para tanto, realizou-se uma pesquisa de campo, qualitativa, utilizando um questionário, aplicado em 2021 e respondido por seis alunos(as) com deficiência da UNIPAMPA. Através da análise de conteúdo (GIL, 2008), duas categorias emergiram: Plataformas digitais de ensino e os desafios das tecnologias no ERE. Na primeira, constatou-se que os Ambientes Virtuais

EXPO
E

de Aprendizagem (AVA) mais utilizadas foram o Moodle e o Google Classroom, sendo que metade dos estudantes salientaram que “às vezes” tem dificuldade em utilizá-las, enquanto o restante dividiu-se entre “sempre” e “quase nunca”. Isso aponta fragilidade no acesso aos AVA utilizados, o que provavelmente gerou barreiras à aprendizagem e participação. Na segunda, as dificuldades foram abrir a câmera e o receio de não serem compreendidos. Inferimos que é importante entender que não basta apenas integrar com os estudantes com deficiência em aula (mesmo que virtual), sem apoio para tanto. É necessário agir em prol da aprendizagem deles, incluindo-os, fazendo-os pertencer naquele espaço, possibilitando que se sintam à vontade para se expressarem e interagirem. Concluímos que houveram barreiras significativas à AT plena, embora esta seja fundamental para construção de sistemas educacionais efetivamente inclusivos.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão de alunos com deficiência; Acessibilidade tecnológica; Pandemia; Ensino Superior.

3
EXO
E

(PARA)FRASE ARA FRASE

SILVA, Daniele Moraes da - Universidade Federal de Pelotas.
moraesdani00@gmail.com

ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto - Universidade Federal
de Pelotas. abrahaomhmb@gmail.com

ZANELLA, Andrisa Kemel - Universidade Federal de Pelotas.
andrisa.kemel@ufpel.edu.br

RESUMO: Como e o que eu expresso? De que forma o outro comprehende? Em uma paráfrase de sentidos não limitarei em minha pesquisa a potência de interpretação do interlocutor. Mas qual o objetivo deste viés? Pensar na diversidade de mentes e na limitação que encontram quando seus pensamentos não estão de acordo, ou mesmo aproximados, do grande grupo. Em uma prosa na frase, na fala e na troca, desejo que esta pesquisa abrace e contemple o ser humano, isso será feito sem qualquer desumanidade para que infinitos e diversos sujeitos estejam/sejam incluídos no meio da pesquisa acadêmica. O conteúdo desta abordagem está incorporado na pesquisa (auto)biográfica que vem sendo desenvolvida no curso de Mestrado em Educação na Universidade Federal de Pelotas. O fato de trabalhar em uma escrita (auto)biográfica permite com que eu traga à tona todas as inquietações nas quais transitei durante minha trajetória acadêmica até aqui. A ideia de não pertencimento possui duas alternativas: uma é a de acreditar que realmente não devo estar ali, e a outra de afirmar que, se não me encontro naquele lugar, encontrarei os semelhantes e, juntos, pertenceremos ao todo e ao mundo. Pois bem, e qual a forma para colocar em prática tudo isso? A cartografia como metodologia de pesquisa. A cartografia é passo, é marcação, é caminhar

3
EXPO
E

para depois encontrar... Trata-se de um processo subjetivo, poético no qual os objetivos surgem a cada nova coordenada. Não se trata de não saber em que ponto se quer chegar, mas sim de ter atravessamentos, pensamentos, ouvidos de ver, olhos de ouvir e parafrasear a caminhada. Agregando cada experiência e vivência de modo intenso dentro de cada ser. Ser, existir, resistir e (re)existir em um novo modo, em um imaginário contemplativo onde nenhum ser será excluído e cada ser será incluído.

PALAVRAS-CHAVE: Pesquisa (auto)biográfica; cartografia; fala.

3
EXPO
E

A PERSPECTIVA DE GÊNERO E DAS SUAS INTERSECCIONALIDADES NA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG)

SOUZA, Luiza Nogueira - Universidade Federal do Rio Grande (FURG). advluizanogueira@hotmail.com

RESUMO: A pesquisa analisa os aportes teóricos e metodológicos para uma formação com perspectiva de gênero e suas interseccionalidades no Projeto Político Pedagógico do curso de Direito da FURG, investigando se o projeto possibilita uma formação jurídica sensível ao tema de gênero e suas interseccionalidades, e se adéqua enquanto uma política de redução de desigualdades de gênero e medidas para o alcance da justiça social para as mulheres. O trabalho está estruturado em três capítulos, que correspondem aos objetivos, que são: analisar as potencialidades de uma educação com viés crítico e com conteúdos sensíveis aos Direitos Humanos das mulheres e das suas interseccionalidades para uma formação jurídica apta a atuar com perspectiva de gênero; investigar a presença desses elementos no Projeto Político Pedagógico do curso de Direito da FURG e; propor a educação jurídica com perspectiva de gênero enquanto ferramenta de redução das opressões a que estão sujeitas as mulheres. As pesquisas parcialmente transcritas neste resumo, são desenvolvidas no Núcleo de Pesquisa e Extensão em Direitos

Humanos (NUPEDH) e no Grupo de Pesquisa Direito, Gênero e Identidades Plurais (DGIPLUS), ambos vinculados ao Programa de Pós-graduação em Direito, Curso de Mestrado em Direito e Justiça Social da FURG. Quanto aos fins, esta é uma pesquisa exploratória-explicativa, pois busca compreender como a questão do gênero e das suas interseccionalidades está proposta no Projeto Político Pedagógico do curso de Direito da FURG. Quanto aos meios de pesquisa, estes se enquadram como bibliográfica e documental, pois se pautaram na análise de documentos, artigos e livros sobre a temática. Por se tratar de uma pesquisa em andamento, é possível afirmar que as questões que permeiam os debates de gênero, feminismo jurídico e interseccionalidades estão presentes no Plano Político Pedagógico da FADIR/FURG, mas o alcance de tais temáticas continuará a ser explorado no decorrer do estudo.

PALAVRAS-CHAVE: Plano Político Pedagógico; Gênero e Interseccionalidades; Educação Jurídica.

M
EXO
E

Eixo 4

**Gestão
pedagógica,
organização
curricular e
qualidade da
educação**

OS ITINERÁRIOS FORMATIVOS DO NOVO ENSINO MÉDIO E O PROTAGONISMO JUVENIL

AFFELDT, Geovana Rosa - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). rosaaffeldtgeovana@gmail.com

BURIGO, Elisabete Zardo - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). elisabete.burigo@ufrgs.br

RESUMO: Uma das justificativas apresentadas para a implementação do Novo Ensino Médio é o currículo flexível e a possibilidade de escolha do estudante, de aproximação com a área com a qual se identifica. A pesquisa em andamento pretende estudar a efetivação dessa nova organização curricular em uma escola da rede estadual do Rio Grande do Sul. O relato que proponho para este seminário é o da escolha dos Itinerários Formativos, a partir das normativas e anotações sobre eventos estaduais e locais. A grade curricular do primeiro ano do Ensino Médio enviada pela Secretaria da Educação do estado para horária em componentes as escolas da rede traz supressão ou diminuição de carga curriculares da formação geral básica, aumento em alguns componentes e acréscimo de três novos. A organização para a “escolha” dos Itinerários Formativos começou a ser implementada em junho de 2022, com a realização de Seminários Estaduais e Regionais. Segundo as normativas estaduais, cada área do conhecimento se desdobra em duas áreas focais que se ramificam em três trilhas que, por sua vez, se organizam em componentes curriculares. São 24 trilhas, das quais a escola deve dar ênfase, defender, explicar o funcionamento de pelo menos cinco, sendo elas de áreas diferentes, sendo que, depois da escolha dos alunos e do estudo de contexto, vai oferecer apenas duas para que o aluno opte por uma ou outra ao fazer a matrícula.

EXPO 4

E assim a escolha dos estudantes vai afunilando e sendo reduzida às possibilidades do sistema de ensino, da região e da escola, derrubando a justificativa de exercício da escolha e do protagonismo juvenil.

PALAVRAS-CHAVE: Política Pública; Ensino Médio; Itinerários Formativos; Protagonismo Juvenil.

4
EIXO

AS ESCOLAS DO PROINFÂNCIA NO CONTEXTO DA PANDEMIA: O QUE FOI POSSÍVEL?

ALBUQUERQUE, Simone Santos de - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. sialbuq@gmail.com

PIRES, Helena Carolina Martins - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. lenapiressss@gmail.com

RESUMO: O trabalho consiste em parte da pesquisa em andamento “Implementação do Proinfância”, realizada a partir de abordagem qualitativa de três estudos de caso de municípios, com o objetivo de aprofundar os aspectos relativos à qualidade da oferta de educação infantil, através de visitas, observação-participante na escola, entrevistas com responsável pela secretaria de educação e gestão escolar. Devido à Pandemia da Covid-19 a opção metodológica foi redimensionada, sendo realizada análise dos perfis das redes sociais das escolas, com o objetivo de conhecer as propostas pedagógicas naquele novo contexto, onde foi realizado um acompanhamento diário das postagens das escolas do Proinfância nas redes sociais, destacando os tipos, os objetivos dos posts, a autoria, o período em que foi publicado e as interações realizadas. O estudo das publicações das escolas do Proinfância em relação às práticas pedagógicas, resultaram em 6 categorias de análise, são elas: Produção de conhecimentos; Dimensão do cuidado com o outro; Sentimento de pertencimento; Comunicação e trocas entre escola e famílias, a Brincadeira e os Processos Formativos. Concluímos que das seis escolas da pesquisa, quatro delas evidenciaram que a gestão pedagógica encontrou nas redes sociais a possibilidade de manutenção de vínculos, de interações e de construção de propostas

EXPO 4

educativas com as crianças e com suas famílias. Evidenciamos que as escolas permaneceram “subsidiando” as famílias nos processos de “brincar” como um direito fundamental da criança, reconhecendo a brincadeira como eixo da organização curricular da Educação Infantil. Destacamos, que em relação a equipe docente, apoiada pela Secretaria Municipal de Educação, permaneceu conectada e construindo processos formativos que subsidiaram suas propostas pedagógicas num momento complexo da Pandemia, em que suas práticas precisaram ser reinventadas e seus vínculos reconstruídos. Evidencia-se um esforço coletivo para que ocorra qualidade para as crianças pequenas.

PALAVRAS-CHAVE: Proinfância; Educação Infantil; Currículo; Pandemia.

4
EIXO

AS IMPLICAÇÕES DO CURSO DE FORMAÇÃO DE GESTORES EDUCACIONAIS PROPOSTO PELA SEDUC-RS PARA AS ESCOLAS ESTADUAIS: UM ESTUDO NAS ESCOLAS DE PELOTAS-RS

ALVES, Magda Beatriz Brito - Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade Federal do Rio Grande. magdageo8@gmail.com

VICENTE, Magda de Abreu - Programa de Pós-Graduação em
Educação - Universidade Federal do Rio Grande. magdabreufurg@gmail.com

RESUMO: A presente pesquisa busca analisar as implicações da política gerencialista do governo Eduardo Leite/ Ranolfo Vieira Junior (2019-2022), que por meio de parcerias público privada, vêm atuando na formação dos gestores das escolas estaduais de ensino médio, entre elas as de Pelotas -RS. Os diretores (as) e vice-diretores (as) que assumiram as escolas em primeiro de janeiro de 2022, tem um mandato de três anos, estes devem fazer um curso de formação de gestores de no mínimo 40 horas antes de assumir a gestão da escola, porém o governo via Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, estipulou que na gestão atual o curso terá duração de 360 horas. O curso é dividido em quatro módulos com aulas síncronas e assíncronas e ao final os participantes recebem um certificado de especialização em gestão educacional. Assim, para realizar esta pesquisa, estão sendo analisadas as lives do curso de Formação de Gestores Escolares oferecido pela Seduc-RS, como também o material disponibilizado no Moodle da Seduc-RS. Também serão reali-

4
EXO

zadas entrevistas com seis diretores (as) e vice-diretores (as) de algumas escolas de ensino médio que estão participando do curso. Esta pesquisa segue uma abordagem qualitativa, e utiliza a história oral temática para análise das entrevistas e bem como a metodologia da análise documental. Como referencial teórico utiliza autores como Harvey (2014), Holanda e Meihy (2015), Laval (2004) , Minayo (1994), Cellard (2012); Montaño (2002, 2012), Ball (2004, 2005), Chagas, Luci, Saraiava (2022) entre outros estão embasando a análise. A pesquisa encontra-se em andamento e pretende-se concluir-la em agosto de 2023. Até o momento, foi possível identificar que a participação no curso de gestores não foi bem uma escolha dos diretores (as) e vice-diretores (as) e que parcerias público privada foram identificadas com a Vetor Brasil e SEBRAE.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão; Formação de Gestores; Gerencialismo; Ensino Médio.

4
EIXO

PORQUE FALTAM CANDIDATOS A DIRETOR NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DA CIDADE DE CACHOEIRINHA/RS.

AMES, Josicler - Mestranda UFRGS. projosiames@gmail.com

RESUMO: Em minha trajetória pessoal e profissional sempre tive como embasamento a democracia. Minha pesquisa de conclusão de curso de graduação em Pedagogia foi a gestão democrática dentro de algumas escolas na cidade de Cachoeirinha/RS. Ingressei no mestrado em 2022 e estou escrevendo o projeto de pesquisa com o objetivo de identificar as causas do baixo interesse de candidaturas nas eleições para diretor na mesma cidade. Um aspecto a considerar neste projeto é o perfil desses gestores e a motivação daqueles que se dispõe a gerir uma escola municipal.

Ao coletar dados preliminares da pesquisa, em documentos que registram os processos de eleição observamos que apesar de garantir em Lei Municipal a eleição direta de diretores, com voto da comunidade escolar, isto é pais, alunos, professores e funcionários, existe pouca rotatividade no cargo. Através de dados coletados em 8 escolas, o mesmo professor foi reconduzido 4 vezes ao cargo de direção num total de 6 eleições. Num total de 18 anos de eleições, 40 % dos diretores se mantem no cargo há 12 anos, e 15% há 15 anos, mais da metade do tempo das eleições, continuam os mesmos detentores do cargo. Buscamos entender a prática dessas eleições e porque esses gestores se perpetuam no cargo de diretor.

Através de pesquisa qualitativa, através do Formulário do Google, queremos ver a visão dos gestores escolares para entender o porquê galgaram este cargo, quais seus anseios e

EXPO
4

sua forma de gestão, concomitantemente outro formulário para os demais professores das escolas, buscando entender porque há poucos candidatos ao cargo, e o que esperam de uma direção escolar. Após a coleta de dados iniciaremos a Análise de Conteúdo, proposta de Bardin (1995), com a categorização das respostas, tentando entender mais desse processo.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Democrática; Eleição de Diretores; Escola Pública;

4
EIXO

GESTÃO ESCOLAR: CONTRIBUIÇÕES E IMPORTÂNCIA PARA O TRABALHO DOCENTE

BANDEIRA, Milene Gonzalez Lopez - FURG. mileneglb@gmail.com

GONÇALVES, Suzane da Rocha Vieira - FURG. suzanevieira@gmail.com

RESUMO: O presente artigo teve como problema de pesquisa verificar a importância das contribuições da equipe da gestão escolar ao trabalho docente e quais são os prejuízos causados pela falta desse apoio aos professores. Possuiu ainda, como objetivos identificar de quais formas a gestão escolar é capaz de contribuir com o trabalho dos professores; discutir a importância da gestão participativa dentro dos espaços educativos; e analisar e comparar as percepções de docentes sobre o apoio recebido ou não pela gestão de suas escolas. Este artigo foi dividido em seis seções, sendo primeira a Introdução, seguida pela Metodologia adotada para o desenvolvimento e efetivação desse estudo, que possuiu dois recursos principais: uma pesquisa bibliográfica e uma coleta de dados escritos, realizada através de um questionário on-line com professoras do Ensino Fundamental da rede municipal do Rio Grande. Na sequência, foi discutido concepções da gestão escolar nas seções Importância da gestão escolar e O papel do gestor escolar, por meio de embasamento teórico. Posteriormente, na seção A gestão na percepção docente, foram analisados e discutidos os dados produzidos na pesquisa, e por fim, apresentou-se a seção Considerações Finais com a conclusão desse estudo. Na análise dos dados, foi possível identificar que o apoio dos membros da gestão escolar ao

4
EIXO

trabalho dos professores é fundamental para um bom funcionamento e resultados mais satisfatórios da escola, dessa forma, as professoras que percebem a gestão de suas escolas como democrática e participativa, sentem-se mais acolhidas e amparadas nas decisões que a escola toma e também nos desafios e nas novas possibilidades que demandam seus trabalhos. Contatou-se também, que o apoio da gestão aos professores reflete diretamente nos alunos e na qualidade da educação que será oferecida pela escola.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão escolar; Trabalho docente; Gestão participativa; Importância da gestão escolar; Contribuições da gestão escolar.

4
EIXO

A ESCRITA DE BOLETINS INFORMATIVOS PARA O PROGRAMA DE EXTENSÃO EDUCAÇÃO INFANTIL NA RODA: ESPAÇO DE FALA E AUTORIA DOCENTE.

BATISTA, Aida Cunha - Prefeitura Municipal de Porto Alegre - aidapontobatista@gmail.com

VIDALETTI, Adriana Silva da Costa - Prefeitura Municipal de Canoas - vidaletti.adrianasc@gmail.com

RESUMO: Neste relato as autoras trazem suas impressões sobre a experiência de escrever boletins informativos, para o site do Programa de extensão Educação Infantil na Roda/ FACED/UFRGS. O texto do boletim 42, intitulado “Formação continuada na Educação Infantil: um direito em construção”, busca a reflexão sobre a relação entre a formação continuada e a qualidade da educação ofertada, perpassada pelas políticas de gestão pedagógicas das secretarias de educação e das escolas. Traz referenciais legais que amparam as afirmações acerca da formação inicial, continuada e oferta de uma educação de qualidade. São eles: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Ldben/96), Parecer n.º 1 de, 05/2006 do Conselho Nacional de Educação, PNE 2014 - 2024 e a Lei do Piso Nacional do Magistério 11.738/2008. É sabido que mesmo com todo esse arcabouço de legislações que foram conquistadas com muitas lutas dos profissionais da educação ao longo das últimas quatro décadas no Brasil, esse ainda é um direito não universalizado na prática. As autoras provocam os/as leitores/as, a refletirem sobre suas condições de trabalho, o que lhes remete de imediato a uma avaliação de suas

4
EIXO

gestões. Por consequência, colocam a lupa na qualidade da educação ofertada mediante o acesso ou não das políticas de formação continuada, que dependem das gestões executivas e pedagógicas em educação. Outros boletins foram escritos também com este viés reflexivo, são eles: “O papel dos conselhos escolares em tempo de Pandemia”(nº 21), “Outubro, mês das crianças e de profissionais da educação: período para celebrar e refletir” (nº 33) e “Educação Infantil brasileira: um retrospecto de quatro décadas”(nº 38). Ao final dessa experiência de escrita, as autoras assinalam a importância dos registros e construções reflexivas para a efetiva reafirmação das políticas públicas de formação continuada docente.

PALAVRAS-CHAVES: Formação; Gestão; Autoria; Política Pública.

4
EIXO

BNCC NA PRÁTICA: ENGESSAMENTO DA GESTÃO ESCOLAR

BOLLER, Murilo Bonavigo - Instituto Federal do Rio Grande do Sul.
muriloboller@gmail.com

PIEROZAN, Sandra Simone Höpner - Universidade Federal da
Fronteira Sul. sandra.pierozan@uffs.edu.br

RESUMO: O presente trabalho apresenta uma análise do fascículo BNCC na prática - Guia para a implementação na Gestão Educacional publicado pela Associação Nova Escola e Fundação Lemann, tendo em vista as implicações aos gestores escolares para atender as demandas de implementação da Base Nacional Comum Curricular. O referido Guia possui a finalidade de apresentar orientações práticas de trabalho na (re)elaboração da proposta curricular da rede de ensino ou escola de modo a construir um currículo alinhado à Base. Para tanto, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, inicialmente recuperamos na literatura específica aspectos da gestão escolar, bem como da Base Nacional Comum Curricular para compreender como o discurso das organizações se apresenta e impacta no papel do gestor. Buscou-se ainda, identificar como a gestão escolar e o papel do gestor são compreendidos pela BNCC e relacionar os achados no referido Guia. Para tanto, além da leitura de materiais do Ministério da Educação (MEC) e documentos legais, considera-se a análise do Guia, averiguando neste documento as atribuições dos gestores das escolas da educação básica. Pondera-se que as revistas pedagógicas apresentam materiais de apoio ao professor e pessoas ligadas a educação, buscando promover a compreensão acerca dos sentidos que os patrocinadores dão

4
EIXO

para as políticas públicas. Assim, atentamos que o fascículo publicado é uma ferramenta para difundir ideias e práticas em educação, e nesse sentido, os resultados obtidos nos permitem a compreensão de que o Guia trata a implementação da BNCC como uma forma de qualificar a educação, contudo, sem enfatizar o caráter democrático previsto na legislação. Referem-se ao gestor como estrategista, animador, incentivador e promotor de ações, papel reforçado pelas mídias de informação, que apresentam a perspectiva das empresas que possuem interesses econômicos com a educação e publicam e distribuem os referidos fascículos financiados por organismos não governamentais.

PALAVRAS-CHAVE: BNCC; Gestão Escolar; Revistas Pedagógicas.

4
EIXO

O OFÍCIO DO GESTOR COMO DINAMIZADOR DE UM AMBIENTE ESCOLAR SAUDÁVEL, VISANDO A QUALIDADE EDUCACIONAL

CHAVES, Rita Cassiéli - SMECD Soledade/RS. rcassiellich@gmail.com

RESUMO: O ambiente escolar é um espaço privilegiado para promover a cultura de participação, coletividade, pertencimento e cidadania. As escolas necessitam um processo de gestão que corresponda aos seus objetivos, com uma visão crítica, reflexiva e que perceba a escola como um organismo vivo, constituído e feito por pessoas, e que estas, sintam-se pertencentes e responsáveis por todos os processos que ali acontecem. O presente estudo foi realizado no curso de Pós-graduação Latu Sensu - Especialização em Políticas e Gestão da Educação da Universidade de Passo Fundo in company com a Prefeitura Municipal de Soledade/RS. Dá ênfase às relações existentes no ambiente escolar entre professores, "Quais os processos que funcionários e gestores, abordando o seguinte problema: os gestores escolares do Sistema Municipal de Ensino de Soledade/RS em seu ofício dinamizam, visando um ambiente saudável com qualidade educacional?". Tem como objetivo analisar os processos que os gestores escolares dinamizam para um ambiente prazeroso, com vistas a qualidade educacional no Sistema Municipal de Ensino de Soledade/RS. A pesquisa efetivou-se por meio de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Na pesquisa de campo, foram aplicados questionários de forma virtual com profissionais da educação de sete escolas do Sistema Municipal de Ensino de Soledade/RS (professores, funcionários, coordenado-

4
EXPO

res pedagógicos e gestores). Dentre os fatores primordiais no ofício do gestor para a qualidade educativa foram sinalizados a gestão democrática e participativa, vista como uma prática social, o diálogo como categoria de emancipação, a formação continuada como prática crítico-reflexiva e a valorização dos profissionais de educação. É importante que o gestor escolar jamais esqueça do compromisso assumido coletivamente, de que a escola carrega, com seus processos educativos, a função social de emancipar, ler e transformar o mundo e que a qualidade educacional também está associada ao bem viver das pessoas.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Escolar. Gestão democrática. Qualidade educacional. Ambiente escolar.

4
EIXO

POLÍTICAS EDUCACIONAIS NEOLIBERAIS, PRÁXIS E AUTONOMIA DOCENTE: EFEITOS E POSSIBILIDADES DE RESISTÊNCIA

PINTO, Maria Verônica Roldán - PPGE/UFPEL. veroldanpinto@hotmail.com

RESUMO: O presente trabalho, vinculado ao eixo temático 4: Gestão pedagógica, organização curricular e qualidade da educação, constitui um relato de resultado parcial de uma pesquisa a nível de doutorado, em andamento no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas, sob a orientação da Prof^a Dr^a Maria de Fátima Cós-sio, que se propõe a investigar o processo de constituição da autonomia docente no contexto do desenvolvimento de políticas educacionais, atreladas ao novo ordenamento e às novas configurações sócio-político-econômicas do capitalismo globalizado. Para tanto, apresenta uma discussão assentada nos pressupostos advindos de teóricos críticos, e propõe-se a realizar uma análise dos efeitos das políticas educacionais neoliberais gerencialistas sobre o trabalho docente, bem como das possibilidades de resistência aos ditames do capital, rumo à construção de uma docência e de uma educação autônomas. Tem como objetivo central: compreender em que medida e de que forma o contexto sócio-político-econômico do neoliberalismo e as políticas educacionais de cunho neoliberal incidem sobre o trabalho dos professores e interferem na constituição da autonomia docente, bem como as possibilidades de resistência e de construção de uma docência autônoma de perspectiva crítico-transformadora. Ca-

4
EIXO

racterizando-se como uma pesquisa qualitativa crítica, de enfoque materialista-histórico-dialético, sua metodologia se desenvolve em torno da questão: “Como as políticas educacionais e o cenário sócio-político-econômico da globalização neoliberal impactam na constituição da docência autônoma, e como a reflexão dos professores, em relação a este contexto, contribui para a construção da autonomia docente?”, englobando um estudo bibliográfico, um estudo de caso com professores atuantes em escolas de educação básica da rede pública do município de Pelotas/RS, bem como uma análise de conteúdo.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas educacionais neoliberais; práxis; autonomia docente; resistência.

4
EIXO

O TRABALHO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO E A FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE NO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA PÚBLICA

SARTORI, Jerônimo - UFFS/Campus Erechim. jetori55@yahoo.com.br

RESUMO: O estudo trata da pesquisa realizada acerca das “relações que se estabelecem no projeto político-pedagógico da escola de educação básica entre o trabalho do coordenador pedagógico e a formação continuada dos docentes”. O trabalho do coordenador pedagógico na escola de educação básica e a formação continuada de docentes, configuram-se como problemáticas que demandam aprofundamento teórico e reflexão sobre as questões que se entrecruzam na ação coordenadora. O objetivo consistiu em: Investigar e compreender as relações entre o trabalho do coordenador pedagógico e a formação continuada de docentes, que são explicitadas ou não no projeto político-pedagógico da escola de educação básica. Constituiu a questão de estudo: como o trabalho do coordenador pedagógico e a formação continuada dos professores é perspectivada no projeto político-pedagógico da escola? A investigação orientou-se pela abordagem de natureza qualitativa, enlaçada aos procedimentos exploratórios e descriptivos, ancorada no estudo bibliográfico produzido para favorecer a análise crítico-reflexiva. O marco teórico embasou-se nos autores: Sansolotti; Coelho (2002), Imbernón (2011), Benachio; Placco (2012), Junges; Ketzer; Oliveira (2018), Sartori; Pagliarin (2016), Barbosa (2020), Veiga (2021). O estudo documental do projeto político-pedagógico de vinte escolas

4
EIXO

estaduais, sorteadas entre as noventa e uma pertencentes à 15ª Coordenadoria Regional de Educação - Erechim-RS, possibilitou a produção da empiria analisada. A reflexão crítica embasou-se na premissa de que o projeto político-pedagógico aborda o trabalho do coordenador pedagógico e a formação continuada dos docentes, considerando que o coordenador atua orientado pelos princípios político-pedagógicos do projeto educativo da escola. Assim, o olhar atento ao projeto político-pedagógico da escola possibilitou realizar um inventário de como cada instituição aborda e prospecta o trabalho do coordenador pedagógico e a formação continuada dos professores. O estudo contribuiu, para produzir conhecimentos que reafirmam os propósitos do projeto político-pedagógico, como documento norteador do trabalho dos coordenadores e dos docentes na escola.

PALAVRAS-CHAVE: Coordenador pedagógico, Formação continuada, Projeto político-pedagógico.

4
EIXO

BASE NACIONAL COMUM DE COMPETÊNCIAS DO DIRETOR ESCOLAR: CONFIGURAÇÕES DE UMA NEOGESTÃO ESCOLAR EM ANÁLISE

SFREDO, Marta Luiza - UFFS. marta.sfredo@uffs.edu.br

PIEROZAN, Sandra Simone Hopner - UFFS. sandra.pierozan@uffs.edu.br

RESUMO: Com o objetivo de analisar os novos contornos assumidos pela gestão escolar da educação básica na atualidade, reforçados pelas perspectivas formativas anunciadas no parecer CNE/CP N° 4/2021, aprovado em 11 de maio de 2021, que trata das diretrizes para a Matriz de competência do diretor escolar e que configura implementação da BNC-Diretor Escolar, o texto problematiza a base para a introdução de mecanismos de mercado no funcionamento da escola, assinalando a ênfase do documento na promoção da eficiência individual como elemento principal do processo formativo dos diretores escolares, contrastando com os pressupostos da gestão democrática. Tais competências parecem tangenciar as equipes diretivas das escolas a atuarem cada vez mais segundo as rationalidades econômicas neoliberais, viabilizando o controle sobre a implementação da BNCC. O principal aporte teórico que orientou os pressupostos analíticos da investigação são as teorizações de Laval (2004) ao reafirmar que a escola não é uma empresa. A análise documental, metodologia que balizou a construção investigativa, aponta como resultados de pesquisa que o direcionamento

EXO 4

formativo dos diretores escolares se produz em um contexto de emergência de novas configurações da gestão escolar, com foco no eficientismo e na liderança individual, as quais denominamos neogestão e que contrasta com a perspectiva de uma governança escolar democrática, conforme Collet e Tort (2016). Assim, em tempos de acirramentos da dinâmica neoliberal somada aos avanços de uma agenda neoconservadora no campo educacional, a neogestão parece reinterpretar os fundamentos educacionais traduzidos pelo viés economicista, fazendo com que a educação seja percebida cada vez mais como uma mercadoria, direcionada por uma ideologia gerencial. Neste cenário é urgente fortalecer os processos de gestão democrática que possibilitem a construção de novos pressupostos e diretrizes para as equipes gestoras das escolas que se afastem do instrumentalismo pedagógico e do economicismo educativo.

PALAVRAS-CHAVE: Formação; Gestão; Escola.

EIXO 4

FORMAÇÃO CONTINUADA COM E DAS AS ESCOLAS DO CAMPO: PERCURSO QUE FORMA E TRANSFORMA

SILVA, Everaldo Silveira da - Universidade de Passo Fundo.
64761@upf.br

LEVINSKI, Eliara Zavieruka - SMECD de Soledade/RS. eliara@upf.br

RESUMO: Com este trabalho pretendemos refletir sobre a experiência de formação continuada com e das escolas do campo, como uma das modalidades do Programa de Formação Permanente dos Trabalhadores da Educação (PROFORMA), do Sistema Municipal de Ensino de Soledade/RS, que tem a práxis como núcleo fundante e a compreensão que tal processo forma e transforma. As escolas do campo, integradas ao PROFORMA, diante dos desafios cotidianos e da intenção de constituir uma proposta pedagógica própria, formulou uma agenda e está desenvolvendo um projeto de formação continuada que envolve professores, gestores e funcionários. Com a perspectiva que a prática pedagógica é o núcleo basilar do processo de formação, o coletivo (oito escolas) constituiu um mapeamento das inquietações por meio da escuta e do diálogo, buscou diagnósticos e aportes legais referente a Gestão Democrática que garantem espaços formativos e de participação. Com tais referências um plano de trabalho foi organizado que, ao estar sendo, é acompanhado para ser afirmado ou se necessário aperfeiçoado. Os integrantes do coletivo são os protagonistas das discussões, pois socializam as dúvidas, as experiências do ofício e as compreensões teóricas. Também fazem parte da formação continuada profes-

4
EXO

sores e acadêmicos de Instituições de Ensino Superior, que para além de uma passagem, se vinculam ao projeto. Processos de formação continuada com esse matiz se distanciam de “pacotes de formação profissional”; de projetos alheios aos territórios e da precarização do protagonismo dos sujeitos das escolas. Os encontros são espaços privilegiados de fortalecimento do ofício, da reafirmação da identidade político-pedagógica das escolas do campo, de constituir acordos que promovem a educação integral, de compreender o quanto o trabalho em rede fortalece os processos de ensinar e de aprender e de humanização.

PALAVRAS-CHAVE: Formação continuada; Escolas do Campo; Participação; Protagonistas.

4
EIXO

AULA PARA ALÉM DA SALA

SILVEIRA, Sirlete Batista da - Prefeitura Municipal de Soledade/RS. sirlete.batista@hotmail.com

LEVINSKI, Eliara Z. - Prefeitura Municipal de Soledade/RS. eliara@upf.br

RESUMO: Com esse trabalho intencionamos discutir a aula para além da sala, tendo como base a experiência pedagógica que estamos desenvolvendo na Escola Municipal Nossa Senhora da Soledade, escola do campo, município de Soledade. A perspectiva brotou de interrogações no processo de formação decisão por essa continuada dos professores municipais sobre o sentido da aula na relação com a formação integral dos alunos, a interlocução da escola com o território e o sentido da escola na vida dos seus protagonistas. A reflexão sobre os registros do trabalho pedagógico como planos de trabalho, memórias, produções dos alunos, relatórios fotográficos colaboram para, nesse momento, dialogar sobre a temática. A escola é um bem público e tem no seu âmago a capacidade de promover metamorfoses. Nóvoa (2022) afirma que professores e as escolas têm de possuir capacidade de iniciativa e flexibilidade, porque as estruturas uniformes e rígidas têm os seus dias contados. Nesse sentido, a aula aprofunda seu sentido quando o professor a coloca como objeto de reflexão do seu e do fazer dos alunos. A metamorfose foi estabelecer um novo contrato didático que contemplou, por exemplo, a investigação do território compara construir os conceitos pela problematização, investigação, discussão e registro; a participação da comunidade no pensar, no discutir, no fazer e no avaliar; o trabalho com a literatura na sombra da histórica figueira, a criação de diferentes espaços pedagó-

4
EXPO

gicos coletivos, área escolar; a organização de uma horta para que compreendam a ideia da sustentabilidade. A aula para além das “quatro paredes” sinaliza a significação de conceitos interdisciplinares, reafirma o protagonismo dos alunos, a vinculação da escola com a comunidade, o prazer e alegria de ser parte da escola e a necessidade ilimitada da formação continuada que tem a práxis como núcleo fundante.

PALAVRAS-CHAVE: Escola; Aula; Formação continuada.

4
EIXO

PARTICIPAÇÃO NA CONAPE 2022: O FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE DOCENTE SE TORNA URGENTE

VIDALETTI, Adriana S. da Costa - Prefeitura Municipal de Canoas.
vidaletti.adrianasc@gmail.com

BATISTA, Aida - Prefeitura Municipal de Porto Alegre.
aidapontobatista@gmail.com

GARCEZ, Sabrina - Prefeitura Municipal de Porto Alegre.
sasagarcez@gmail.com

ALBUQUERQUE, Simone - Faculdade de Educação UFRGS.
sialbuq@gmail.com

RESUMO: Este relato versa sobre a participação das autoras na CONAPE 2022, eixo 4: Valorização dos/as profissionais da educação: formação, carreira, remuneração e condições de trabalho e saúde. A participação propôs discussões sobre as especificidades da docência da Educação Infantil - EI, como: condições de trabalho, valorização das/os profissionais e analisar o contexto vivido durante a Pandemia da Covid-19. Apresentaram dados de pesquisa articulando aspectos de uma (re)invenção da docência, apontando os desafios que permanecem e relacionando-as às metas dos Planos Municipais de Educação e do PNE. A necessidade do fortalecimento das redes locais, começando pelas escolas e integrando-as a outros coletivos: Conselhos Municipais, Fóruns regionais, Sindicatos, movimentos sociais e associações que dialogam diretamente com as políticas de gestão pedagógica e curricular. Na CONAPE puderam dialogar com pesquisadores que corroboraram na discussão, indicando que as questões trazidas pelas autoras são relevantes e foram citadas e ampliadas durante a mesa. A conferência objetivou analisar e planejar

4
EIXO

o novo decênio do PNE. A participação foi relevante para o aprimoramento das considerações e a continuidade do estudo no âmbito do grupo de pesquisa onde atuam. Concluíram que esta é uma pauta necessária, que deverá ser mantida no PNE, no que se refere a valorização profissional, condições de trabalho, luta pela ampliação do FUNDEB, relação entre formação inicial e continuada para os profissionais da EI e a coerência em relação ao currículo a partir da DCNEI (2009). Importante uma conferência onde a pauta de uma educação pública, democrática e de qualidade social se mantivesse no debate por todos os sujeitos sociais que compõe o cotidiano das escolas, são estas vozes, que se fortalecem. As autoras, concluíram sua participação, desafiadas e encorajadas para dar continuidade ao fortalecimento da identidade docente já que a escola é um grande laboratório de aprendizagens e de lutas cotidianas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil; Pandemia; Identidade Docente; Gestão Pedagógica.

EXPO 4

Eixo 5

**Regulação,
avaliação e
privatização:
novas agendas**

A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO BRASIL E DO MÉXICO: REFLEXÕES INICIAIS.

BANDEIRA MARTINS, Everton. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). everton.bandeira.martins@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho versa sobre o tema da relação Público-Privado na Educação Básica do Brasil e do México. A pesquisa tem por objetivo analisar a relação entre o público e o privado na educação básica no Brasil e México, enfocando quem são os sujeitos privados que disputam a pauta educativa através do conteúdo de suas propostas. A referida investigação está sendo desenvolvida como parte do projeto “A relação público-privado em países latino-americanos: sujeitos e conteúdo da proposta” desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Relação entre o Público e o Privado na Educação (GPRPPE) vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Federal do Rio Grande do Sul (PPGEDU-UFRGS). No atinente à investigação, optou-se pela realização de um Estudo Comparado da Universidade metodologia da (Maria Ciavatta Franco, 1992), entre os dois países latinoamericanos, partindo de uma pesquisa documental, e pela realização de entrevistas. Assim, buscaremos dessa forma responder a seguinte pergunta de pesquisa: “Qual a relação entre o público e o privado na educação básica no Brasil e no México, enfocando quem são os sujeitos privados que disputam a pauta educativa do conteúdo de suas propostas?” A pesquisa está em fase inicial, sendo que o pesquisador atualmente encontra-se no México, com o objetivo de coletar dados e compreender melhor a realidade desse país. Até o momento foi possível

verificar que dentro de suas particularidades, em ambos os países os think tanks têm sido organizações relevantes nos processos de reforma educacional e apropriando-se da representação e representatividade dos cidadãos em matéria educacional, como o caso do Todos Pela Educação (no Brasil) e do Mexicanos Primeiros (no México).

PALAVRAS-CHAVE: Público-Privado; Educação Básica; Estudo Comparado; Brasil- México.

5
EXPO

PPP's: GRUPO SICREDI E A PRIVATIZAÇÃO DO ENSINO NO RIO GRANDE DO SUL

CELENTE, Luis Eduardo dos Santos - Universidade Federal de Pelotas. luiseliciente@gmail.com

CÓSSIO, Maria de Fátima - Universidade Federal de Pelotas. cossiofatima13@gmail.com

RESUMO: A pesquisa “Mapeamento de Parcerias Público-Privadas em Educação nos Municípios do RS” está sendo desenvolvida pelo NEPPE e busca constituir um banco de dados para possibilitar o acesso a gestores e pesquisadores sobre as instituições privadas que firmam parcerias com instituições públicas. É possível verificar que, entre as iniciativas privadas, existe uma predominância das ações propostas pelo grupo Sistema de Crédito Cooperativo, o SICREDI, que aparece 118 vezes dentre os 828 dados que foram reunidos através de pesquisas relacionadas às notícias em veículos oficiais de comunicação. É de extrema importância ressaltar a informação que, por tratar-se de uma pesquisa em andamento, os dados que constam e compõem o banco ainda podem sofrer alterações frente à inserção de novas informações que sejam pertinentes à formação do objeto que está sendo construído como instrumento de pesquisa. Em relação específica aos dados do grupo SICREDI, é possível estabelecer um paralelo entre a ocorrência de parcerias e o porte do município: Nova Palma, por exemplo, consta com 12 parcerias entre a iniciativa privada e a rede pública de educação e tem a população estimada de 6. 515 pessoas. Dentre os 497 municípios das 27 associações da FAMURS, as parcerias ocorrem naqueles com menor porte. Além disso, há uma dedicação do grupo

5
EXPO
II

privado no que tange o programa União Faz A Vida: o termo ocorre 61 vezes no banco de dados, liderando a lista de ações desenvolvidas. Aquém desse programa, é perceptível uma preocupação eminente em relação à formação de professores, que ocupa o segundo lugar das ações mais desenvolvidas pelo SICREDI.

PALAVRAS-CHAVE: Parcerias; Educação; SICREDI; Parcerias Públ-co-Privadas; Mapeamento de

5
EXO

MAPEAMENTO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS EM EDUCAÇÃO NO ESTADO DO RS

CÓSSIO, Maria de Fátima - Universidade Federal de Pelotas/RS.
cossiofatima13@gmail.com

RESUMO: A pesquisa é desenvolvida pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e pela Universidade Federal de Rio Grande (FURG). O objetivo geral é organizar um banco de dados contendo dados gerais e educacionais de cada um dos 497 municípios do Estado do RS, com foco em informações sobre as parcerias firmadas entre as redes públicas e entidades privadas. Os objetivos específicos são: investigar a intensidade das PPPs em educação; elucidar as formas de atuação das parcerias privadas junto aos municípios do RS, principalmente aquelas destinadas a atender demandas na área da gestão educacional/escolar, formação de professores, materiais didáticos e oferta de vagas na educação infantil, que se constituem nos eixos investigativos; e relacionar a efetivação dessas parcerias com a caracterização geral e educacional de cada município. O problema consiste em investigar quais as relações das parcerias público-privadas existentes nos municípios do estado do Rio Grande do Sul com a caracterização geral e educacional locais. A metodologia utilizada é a etnografia de redes. Tal método busca conhecer a manifestação pública, principalmente na web, de entidades privadas que atuam a partir da lógica da governança, influenciando o funcionamento do setor público. A coleta de dados iniciou pela organização de informações referentes aos dados gerais e educacionais dos municípios do RS. Em seguida buscaram-

se informações sobre as PPP's em educação por meio de um instrumento enviado às secretarias de educação e nos sites oficiais dos municípios e/ou outras fontes que revelassem a existência de parcerias. O terceiro movimento foi sistematizar o conjunto de PPP's em educação formalizadas e disponíveis no portal Licitacon Cidadão, do TCE do RS. A pesquisa está em fase de finalização.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas educacionais; Parcerias Público-Privadas (PPPs); Redes municipais de Educação

5
EXPO

A PRESENÇA E INFLUÊNCIA DO SETOR PRIVADO NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO RIO GRANDE DO SUL

D'AVILA, Thaiane da Silva - Universidade Federal do Rio Grande.
tsdavila@furg.br

GONÇALVES, Leonardo Dorneles - Universidade Federal do Rio
Grande. dorneles05@gmail.com

RESUMO: Este trabalho foi construído com o intuito de identificar a presença e os discursos de atores do setor privado nas políticas educacionais destinadas ao Ensino Médio no Estado do Rio mapeamento de notícias Grande do Sul no período de 2017 a 2021, através do oficiais publicadas no site da Secretaria de Educação (Seduc/RS). Após localizar as notícias que indicavam agentes do setor privado e realizar a pré-análise, as notícias foram organizadas e analisadas a partir de cinco eixos: formação, currículo, financiamento, gestão e avaliação. Através destes eixos foi possível mapear os diferentes agentes que atuam nas políticas educacionais no RS, seus discursos e com quais temáticas eles se relacionam. O estudo permitiu concluir que, embora a presença do setor privado nas políticas educacionais não se configure enquanto uma novidade, ela adota formatos mais evidentes, principalmente nos anos 2019, 2020 e 2021, assumindo, explicitamente, o discurso neoliberal e se articulando de maneira direta com entidades do setor privado. Preconizando, em particular, as parcerias com o Sistema S, tendo como agente de destaque o SEBRAE-RS. Com relação aos interesses expressos, há um elemento comum a todos os eixos analisados que é o ape-

EXPO
10

lo ao empreendedorismo. Nesse espectro, é reverberada a ideia de individualização, onde cada indivíduo pode e deve ser “agente de si”. Tal noção aparece em diversas notícias, a partir de termos como “protagonismo juvenil”, “inovação”, “criatividade” e, obviamente, como incentivo ao “empreendedorismo”, ultrapassando a formação dos estudantes e indo ao encontro da formação dos professores e gestores, que além de trabalhar o convencimento, fortalece a ideia de responsabilização do magistério.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Médio; Políticas Educacionais; Rio Grande do Sul; Setor Privado.

5
EXPO

COMO LUCRAR COM UM WICKED PROBLEM: EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA, REFORMADORES EMPRESARIAIS E FILANTROPOS DE RISCO

MACÊDO, Raquel P. - Universidade Federal de Pelotas.
raquelmcp@outlook.com

RESUMO: Segundo Rittel e Webber (1973), wicked problems (ou “problemas perversos”) são problemas complexos, desestruturados, sistêmicos, interligados a outros problemas tão ou mais complexos, não possuem solução definitiva - uma vez que respondidos podem expor ou criar outros problemas -, são únicos e podem ser interpretados e explorados sob diversas perspectivas. Nesse sentido, ao analisar os obstáculos e desafios, é possível classificar a educação pública brasileira, em especial a etapa do ensino básico, como um wicked problem. Entretanto, as políticas públicas voltadas para a educação permanecem reduzindo as suas complexidades e oferecendo medidas de natureza linear com apoio e parceria do setor privado e da crescente atuação de “reformadores empresariais” na educação. É neste cenário que este trabalho discutirá, através de metodologia qualitativa por meio de pesquisa bibliográfica e análise documental, os argumentos, práticas e ideias centrais sustentadas por esses reformadores. Dentre elas, a introdução de padrões de avaliação e a publicização do desempenho escolar ganharam destaque na argumentação pela privatização do ensino, acompanhada de uma intensa responsabilização dos/das docentes pelo “fracasso” ou “baixo desempenho” - apesar do apontamento

5
EXPO
II

sobre a instabilidade e desigualdade nos critérios utilizados - e a tentativa de consolidação da meritocracia como sistema existente, válido e necessário para a educação brasileira. Nesse sentido, é possível indicar o Novo Ensino Médio e a BNCC como exemplos expressivos da interferência desses setores, pois, além de reunir movimentos para articulação de interesses empresariais e filantropos de risco (ADRIÃO, 2018), encontraram solo fértil na instabilidade política e socioeconômica do Brasil após 2014 para expansão e institucionalização das narrativas neoliberais na educação. Dessa forma, com o objetivo de lucrarem com a gestão privada de recursos públicos, demonstram interesse nas políticas educacionais como meio de operar gradativamente uma futura - mas não distante - desobrigação do Estado com uma educação pública, gratuita e de qualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Pública; Reformadores Empresariais; Filantropos de Risco.

EXPO
5

A PRODUTIVIDADE DISCURSIVA DAS MÍDIAS SOCIAIS E TECNOPOLÍTICAS EM CONTEXTOS EMERGENTES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

MELLO, Gabriela Barichello - Universidade Federal de Santa Maria. gabizinhobarichello@hotmail.com

DALLA CORTE, Marilene Gabriel - Universidade Federal de Santa Maria. marilenedallacorte@gmail.com

RESUMO: Este trabalho constitui-se num recorte de pesquisa realizada junto ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria, e articula-se aos estudos desenvolvidos no Grupo de Pesquisas em Políticas Públicas e Gestão Educacional - Gestar/CNPq/UFSM. Teve por problemática os discursos e contextos emergentes relacionados à Educação Superior no Brasil, tendo em vista as mídias sociais e tecnopolíticas. A ascensão das tecnologias e mídias sociais produziu novas formas de relacionar, estudar, comunicar, bem como, novas formas de poder. Zuboff (2020) cunha um conceito para explicar estes movimentos, o Capitalismo de Vigilância, estas facetas incorporam e conduzem a práticas e discursos sobre os contextos estudados. Assim sendo, objetivou-se compreender a produtividade discursiva e contextos emergentes na Educação Superior no Brasil, na perspectiva das mídias sociais e tecnopolíticas. Para isso, A metodologia de pesquisa de natureza qualitativa exploratório-interpretativa, utilizou-se da busca on-line em mídias e redes sociais, com proposta de análise de discurso em Chardeauaua (2008). A fundamentação teórica esteve ancorada nos estudos de Morosini (2014), Bauman (2008), Zuboff (20018),

Maués (2019), Morozv (2018), Ball (2003), entre outros autores. Como resultados destaca-se a identificação de discursos de regulação e privatização em inter-relação com as metas e “orientações” de organismos multilaterais, no sentido de privatização da Educação Superior pública no Brasil. Também, evidenciou-se que, com as políticas de regulação, há o surgimento e intensificação de uma cultura de performatividade que prioriza a formação de sujeitos mais (re)produtivos, eficientes, disponíveis e que estão em permanente processo de avaliação e formação produtivista. Conclui-se que a existência de discursos políticos com propostas de “modernização” e “inovação”, em detrimento de processos de democratização universitária, estão sendo intensificados por processos de produção de políticas públicas centralizadoras e tecnocráticas de governo, bem como pela disseminação de discursos midiáticos em defesa da privatização e contingenciamento da Educação Superior.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Superior; Contextos Emergentes; Mídias Sociais; Democratização; Tecnopolíticas.

5
EXPO
E

NOVOS EMBATES DO PÚBLICO- PRIVADO NA EDUCAÇÃO: O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA EM DISPUTA

SAIS, Rafael Martins - UFRGS/UNIPAMPA. rafaelsais@unipampa.edu.br

RESUMO: O financiamento da educação básica pública do país, em debate entre os anos de 2017 e 2020 no congresso nacional fez reacender, com força, os embates entre o público e o privado na educação e mais precisamente entre agendas públicas e privatizantes que pudessem sustentar efetivamente o direito à educação. Essa pesquisa, ainda parcial, sustentada com base em autores marxista que estudam a política educacional com profundidade e historicidade o tema como Peroni (2015), Rikowski (2017) e Mezaros (2008) que afirmam, dentre outras coisas, que o que está em jogo, na política, são práticas que agravam e perpetuam uma concepção de mundo baseada na sociedade de mercado capitalista. O objeto de estudo da pesquisa são os documentos que sustentam a política de financiamento da educação básica pública no país, conhecida mais precisamente como FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Foram objeto de análise e observação a discussão das Propostas de Emenda à Constituição (PECs) e Projetos de Lei de regulamentação (PLR) feitas no período de 2015 a 2020 que tinham também conhecido como por objeto o FUNDEB que vem vigorando desde 2021, FUNDEB permanente. Neste trabalho identificamos alguns das propostas em discussão como: a inserção do Volcher na

política pública, a ampliação da participação financeira da União e a ampliação da atuação do privado através de parcerias e conveniimentos. As conclusões extraídas retomam o avanço do sistema neoliberal e novas formas de sobrevivência do setor privado atuando na educação com base em recursos públicos garantidos em detrimento de uma proposta de educação defendidas na Constituição Federal do país. Por outro lado, observando também o momento particular do capitalismo em que o grande empenho dos deputados e senadores na discussão do tema foi primordial para a sua organização.

PALAVRAS-CHAVE: Relação Público-privada na educação; FUNDEB permanente; privatização da educação;

5
EXPO

EXPRESSÕES DA PERFORMATIVIDADE NO NOVO ENSINO MÉDIO NA REDE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL

SCHERER, Susana Schneid - UNIOESTE-Cascavel/PR. susana_scherer@hotmail.com

RESUMO: Este trabalho se propõe a compreender as expressões da performatividade no Novo Ensino Médio na rede pública estadual do Rio Grande do Sul (RS). Os dados derivam da pesquisa doutoral no curso de Educação, da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), realizada entre 2016 e 2019. Para os fins deste estudo, foram considerados como fontes de análise documentos políticos da rede estadual do RS, a partir de seu site oficial e programas educacionais, e a realização de 20 entrevistas semiestruturadas com professores e gestores(diretor/a; supervisor/a; coordenadora) de duas escolas (nomeadas de A e B) em Pelotas/RS entre 2018 e 2020. Para análise dos dados se buscou articular as direções e concepções dos documentos políticos com as falas das entrevistas com os professores e gestores escolar. De forma geral, os resultados desta pesquisa apontaram que o Novo Ensino Médio no RS se trata de uma política derivada da Lei federal nº 13.41/2017, que está em alinhamento com outra política federal que é a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), que se pode dizer que começou a ser tratada pelo governo federal a partir de 2014. Na rede estadual tais políticas se expressaram em iniciativas próprias como o Referencial Curricular Gaúcho e a vinculação direta deste referencial curricular ao Sistema de Avaliação da Educação do RS (SAERS). Os resultados

adas análises orientam-nos a considerar tais políticas, seja em nível estadual, seja em nível federal, como partes de uma mesma agenda globalmente estruturada para a educação, e manifestada nas formas de Estado avaliador, mecanismos de padronização pedagógica e na avaliação de desempenhos como sinais de qualidade, as quais se têm, de modo resumido, conjugado pelo conceito de performatividade, desenvolvido por Stephen Ball.

PALAVRAS-CHAVE: Política educacional; performatividade; desempenho e resultados.

5
EXPO

ESCOLA GERENCIAL E DOCÊNCIA PERFORMATIVA: ANÁLISES SOBRE O BRASIL

SCHERER, Susana Schneid - UNIOESTE-Cascavel/PR. susana_scherer@hotmail.com

RESUMO: O presente trabalho se dedica a analisar a construção de uma escola gerencial e o papel da performatividade, no contexto das políticas educacionais em voga, na orientação da formação e do trabalho docente no Brasil. Com base na abordagem metodológica da sociologia da educação de viés macro-global e micro-local, são aclaradas as atuais estratégias neoliberais, baseadas no modelo de Estado avaliador, na gestão gerencial e manifestadas em políticas orientadas por resultados e uma cultura de desempenhos, as quais tem se conjugado pelo conceito da performatividade. O conceito de performatividade é adotado tendo por base os estudos do pesquisador Stephen Ball, a parti do contexto da Inglaterra. A partir desse estudo se observam que no Brasil a presença da lógica da performatividade tem acontecido em propostas e políticas educacionais em tramitação no país desde 1990, como a construção e aperfeiçoamento do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), a Prova Nacional Docente, e ainda mais recentemente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e seus desdobramentos como a BNCC Docente ou ainda a nova Política Nacional de Formação de professores para a educação básica. Observa-se que o papel dos mecanismos performatividade e de seus impactos para a formação e no trabalho docente na escola nacional são tais que se orientam em construir um tipo de docência performativa, no

rol de uma escola gerencial, que imprime uma visão tecnicista e reprodutivista do professor, segundo uma perspectiva pragmática da formação e do trabalho deste profissional, o que reverbera na perspectiva de escola e nas tarefas da educação, como expressões de um programa de mercado de educação e sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Performatividade. Política Educacional; Formação e trabalho docente;

5
EXPO

A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS DAS REDE MUNICIPAIS DE ENSINO DO RS

SILVA, Vanessa Silva - Rede pública de Pelotas e do RS.
profevanessas@gmail.com da -

SCHERER, Susana Schneid - UNIOESTE Cascavel/PR. susana_scherer@hotmail.com

RESUMO: Este trabalho é um recorte da pesquisa em desenvolvimento pelo Núcleo de Pesquisas e Estudos em políticas públicas educacionais (NEPPE/UFPEL), de 2019 até o atual momento, Mapeamento das parcerias pública-privadas em educação nos municípios do Estado do RS, em parceria como Grupo de Pesquisa em Redefinições público-privadas em educação (GPRPPE/UFRGS). Sua pretensão é parcerias privadas, em cinco eixos - compra de vagas na educação a de levantar infantil, gestão educacional, materiais pedagógicos, formação de professores e outros - a partir dos sites oficiais das redes municipais de ensino. Este trabalho se deteve em análises preliminares da formação de professores, que se refere a formação continuada nas redes municipais de ensino. Os dados evidenciam casos de universidades (UNIVATES, UCS, ULBRA); de pessoas físicas com educacionais (GOOGLE, personificação jurídica e privada e empresas de serviços POSITIVO, IMPARE). O ator mais presente é o Sistema Cooperativo de Crédito (SICREDI), que atua via instituto social prestando assessoria pedagógica às redes de ensino com apoio de universidades (UNIVATES, por exemplo). A lógica é de resultados medidos por avaliações externas, com códigos para

EXPO
15

regular a qualidade, com uma prática pedagógica padronizada, orientada por currículos e materiais prontos. Também se destacam atividades formativas de coach e meditação, as quais despontam como estratégias para esvaziar o papel do Estado de responsável em qualificar a escola e o professor. E, por fim, ressalta-se o alto valor do serviço pago pelos municípios, para os casos que se pode identificar, inclinando a formação continuada de professores a um nicho de mercado, como produto a ser comprado e vendido.

PALAVRAS-CHAVE: Formação de professores; parceria público-privada; redes municipais de ensino.

5
EXPO



NEPPE
Núcleo de Estudos e Pesquisas
em Políticas Educacionais

ISBN 978-65-5699-224-2

A standard linear barcode representing the ISBN 9786556992242.

9 786556 992242